Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus | Órgão do Movimento de Esquerda Socialista | Ano I - N.º 19 / 5 Março de 1975 Preço 3 $ 00

CANDIDATURA REVOLUCIONÁRIA: ORGANIZAR AS MASSAS

O aprofundamento da crise política em curso, lado a lado com o agravar das condições de vida das massas trabalhadoras, torna cada vez mais decisivo o período que se atravessa.

Cada vez mais claros se tornam os projectos da burguesia, ao nível do poder político, do M. F. A. e das Forças Armadas e do aproveitamento em seu favor da crise económica.

Cada vez mais claramente o reformismo se afirma como aquilo que efectivamente é: a incapacidade de construir um projecto de poder verdadeiramente alternativo ao poder burguês, a incapacidade em organizar as massas para a luta anticapitalista;a impossibilidade de contribuir para o avanço da luta emancipadora dos trabalhadores, a negação da revolução socialista.

Cada vez mais claras se tornam as limitações que o M. F. A. encontra em se libertar de muitos aspectos da lógica democrático-burguesa e da teia com que as forças do capital, perante a falência reformista e o insuficiente avanço da luta de massas, vão criando.

Cada vez mais, também, assistimos a uma situação em que as classes ganham a rua identificando-se claramente em volta da defesa de interesses antagónicos irreconciliáveis no âmbito de uma solução democrático-burguesa.

Nesta situação, do que for a institucionalização do M. F.A. dependerá muita coisa.Dependerá ou a limitação dos poderes de uma futura Assembleia Constituinte de maioria burguesa, abrindo uma nova fase de luta política, ou a redução deste processo a uma refrega entre as forças burguesas interessadas na dissolução do M. F. A. e as forças que, sob a direcção do P. C., jogam na institucionalização do M. F. A. para o desenvolvimento da revolução democrática, adiando quando muito a vitória de uma solução burguesa para a crise actual.

Continua na pág. 2

ITT/CIA por uma organização inter-empresas

Em luta contra este estado actual das coisas, os trabalhadores da ITT Semi-Condutores, realizaram na última quinta-feira o seu 5.º Plenário no Teatro Gil Vicente de Cascais que ficou repleto fundamentalmente de operárias, e, na generalidade, muito novas.

A ITT Semi-Condutores é uma divisão da Standard Eléctrica. Como em quase todos os casos desta natureza, compra uma matéria-prima já elaborada (peças) a organizações da multinacional noutros países, montando e testando cá o produto acabado que volta a exportar.

Em Portugal talvez ninguém melhor que os operários das multinacionais, e em especial os do ramo da electrónica, está em condições de entender o significado real de palavras como imperialismo e neo-colonialismo.

Ninguém melhor do que eles possui as condições práticas para compreender o significado da exploração da força de trabalho pois que, ao longo dos anos têm sido os operários da indústria electrónica das empresas multinacionais que mais têm experimentado a sobre-exploração da mão-obra baratíssima, sobretudo feminina e infantil, que por mais tenra melhor se molda, utiliza e deita fora... O proletariado encarregar-se-á de ter mais filhos e filhas. Necessário é que sobrevivam até aos desasseis ou dezasete anos, pois que então, se tiverem bons olhos e dedos ágeis, o capital «amigo» e social democrata se necessário, lá estará de goela aberta, viscoso, «liberal».

Continua na pág. 5

M.E.C. provoca estudantes

Tendo em conta todo um conjunto de informações recolhidas pelos seus militantes distribuídos pelos principais processos que estalaram em diversos pontos do País, os **Núcleos Estudantis de Intervenção Política** elaboraram agora, a nível nacional, uma análise mais detalhada sobre o que têm sido as movimentações de resposta ao M.E.C. sobre as médias de dispensa a exames.

Assim, consideram que:

1-a) O despacho relativo às médias de dispensa partiu do sector mais reaccionário do M.E.C. (acontecendo inclusivamente que neste ministério o saneamento dos elementos fascistas continua sem ser feito).

b) Este despacho reflete a mudança de posição por parte do M.E.C., o qual, desde há algum tempo, vem constatando a sua impossibilidade de controlar as escolas e criar nelas um clima de «normalidade» propício a uma aplicação sem problemas de um projecto de reestruturação do ensino de acordo com as actuais necessidades do capitalismo português, cozinhado, como é costume, nos gabinetes, ou seja, nas

Continuação da pág. 2

EDITORIAL

Continuação da pág. 1

Nesta situação só a luta ofensiva dos trabalhadores, a organização das massas na luta anticapitalista e na resolução dos seus problemas mais imediatos, a criação do poder operário e popular podem permitir um aprofundamento da crise política em que a burguesia se debate e o avanço da luta pelo socialismo. O sacrifício destes objectivos ao legalismo, gradualismo e eventualismo só levará à recuperação pela burguesia da actual crise.

Nesta situação a única candidatura revolucionária à Assembleia Constituinte é aquela que se afirme claramente como comunista e, portanto anticapitalista, é aquela que se faça na defesa da autonomia dos interesses de classe do proletariado e no propagandear das suas experiências de luta, é, sobretudo, aquela que tenha como objectivo prioritário, utilizar o terreno eleitoral para reforçar a organização do movimento de massas. Só assim a lógica eleitoralista pode ser ultrapassada, só assim os limites do processo eleitoral podem ser desafiados.

Fortalecer o movimento de massas em torno de objectivos anticapitalistas é pois a tarefa fundamental a levar por diante. Uma candidatura revolucionária à Constituinte tem portanto de privilegiar o terreno da luta de massas e, sobretudo, contribuir para o combate aos problemas que cada vez mais atingem as massas trabalhadoras, desemprego e subida do custo de vida.

Organizar as massas para a luta é combater todos os que se pretendem substituir às massas. É combater o voto burguês que coloca os trabalhadores a escolherem quem deve fazer aquilo que só a eles lhes compete. É, confiando na capacidade revolucionária da classe operária, a tarefa essencial das forças revolucionárias na situação actual.

Os N.E.I.P. face à greve

Continuação da pág. 1

costas dos estudantes. **Daqui se conclui, que com o despacho referido, pretendeu o M.E.C. provocar os estudantes**, conduzindo-os a um surto de greve que, em consequência da desmobilização que estes processos costumam criar pela não presença dos estudantes nas suas escolas, daria uma justificação àquele Ministério para uma tomada de medidas que assumiria como última forma o encerramento dos liceus e técnicas (como já aconteceu no liceu de Queluz, etc.) surgindo assim, com as escolas fechadas, amplas possibilidades ao M.E.C. de, por um lado, fazer a tal reestruturação do ensino nos termos já referidos e nas costas dos estudantes e por outro lado resolver pela a anulação desse ano, o problema da pressão universitária contra a selecção burguesa (serviço cívico) e aproveitar a oportunidade para instaurar processos disciplinares a alunos e professores progressistas que põem em causa o actual ensino e o sistema social que ele serve responsabilizando-os pelo fecho das escolas.

2-a) Presentemente ao nível político global com o objectivo de formar uma forte frente anticomunista e um reforço das alianças eleitoralistas (C.D.S./P.D.C.), **a direita tem apoiado activamente o processo de greves desencadeado ultimamente, colaborando assim com o M.E.C.. na sua tentativa de fecho das escolas** para uma reestruturação «em paz» do ensino em termos capitalistas; restando à direita incentivar a criação de motivos porque, fora da escola, esta possa falar, hoje, na existência de um clima de «anarquia» para que amanhã se possa vir a apresentar como «salvadora da Pátria e da ordem social».

b) Alguns grupúsculos que se apelidam de esquerda, não passando no entanto de pseudo revolucionários (C.E.U.R.S., F.R.E.P., etc.) devido à sua táctiva estrita de reprodução de quadros, sobrepõem neste momento essa mesma táctica a uma análise correcta da actual situação escolar e política em Portugal, chegando mesmo no ponto estabelecer alianças com forças fascistas (J. C.) e da direita em geral (J.S.D. e J.S.) numa tentativa desesperada de controlarem o actual processo, e, em consequência dessas mesmas alianças acabando por **cair numa actividade reformista de mera reivindicação pequena-burguesa de um abaixamento das médias de dispensa, que, sem por em causa a selecção burguesa e o sistema que a origina e sustenta, de forma alguma se liga à luta dos trabalhadores.**

Assim, a posição dos N.E.I.P. face às greves deste momento é de considerar que a **greve**, pelo seu carácter desmobilizador e pelas razões enunciadas acima, **serve objectivamente os interesses do M.E.C.** e permite uma consolidação da direita, isto não deixando no entanto de reconhecer, que, em alguns casos isolados, essas greves, assumindo uma óptica de denúncia da selecção burguesa e portanto anticapitalista, se podem considerar como um passo em frente no avanço da consciência dos estudantes.

Desde modo decidimos propor o seguinte:

Um descomprometimento político total relativamente ao actual processo grevista.

Uma acção coordenada a nível nacional que ultrapasse a simples reivindicação de descida de média de 14 para 12, e de 12 para 10, mas que coloque no centro do processo, através de discussão e acção concretas em volta de objectivos como:

avaliação de conhecimentos, saneamento total das escolas e do M.E.C.

acções de ligação efectiva à luta dos trabalhadores, alternando com aulas de acordo com a mobilização em cada caso.

3 Além disso, partindo da experiência que nos diz que uma greve não pode manter-se indefinidamente, e que há que encontrar **novas formas de luta** que permitam a continuação do processo, pensamos que, nas diferentes escolas, de acordo com a sua mobilização, se deve:

a) **Nas escolas ainda não em greve** avançar com uma luta pelo funcionamento da escola, passando por uma mobilização e consciencialização dos estudantes face a este processo, perspectivado politicamente.

b) **Nas escolas em greve sem possibilidade de revogação desta**, lutar pela continuação da mobilização possível dos estudantes, preparando-se para que a actual situação (em geral desmobilizadora) seja ultrapassada. Lutando assim dentro da greve mas sem por isso nos comprometermos politicamente com ela.

c) **Nas escolas em greve com possibilidades de revogação desta**, avançar com uma proposta de fim à greve tentanto no entanto aproveitar o actual contexto para dinamizar de forma especial a criação e desenvolvimento do poder de turma, com base em discussões a nível de turma sobre os métodos de avaliação, tentando-se por este meio, e já que as actuais circunstâncias condicionam um não à greve, entravar o processo selectivo burguês, pela decisão de uma exigência de participação poderosa nas turmas na avaliação de conhecimentos de cada um dos seus elementos (ou seja: criando nas turmas uma forma de poder de tal modo forte que imponha uma participação e influência determinante da turma na decisão de se este ou aquele aluno está apto ou inapto e deve ou não dispensar adaptando os modos de classificação a cada caso).

Contra as manobras da direita.

Contra o fecho das escolas

Contra a selecção burguesa

Não à greve desmobilizadora

Pela criação de contra poderes na turma

Por uma prática anticapitalista

Por uma ligação efectiva à luta dos trabalhadores

N.E.I.P. — Núcleos Estudantis de Intervenção Política.

A burguesia pretende iludir o povo

A propósito da abertura da sede, o núcleo do M: E. S. de Coimbra emitiu o seguinte comunicado:

As eleições estão à porta. Quanta energia e quanto dinheiro irão ser gastos numa campanha durante a qual a maior parte dos partidos mais não farão do que procurar esconder os problemas reais do povo português com uma propaganda oca e cara. Nada virão trazer de positivo ao processo revolucionário que não precisa de votos para se legitimar e muito menos para avançar. A burguesia vai enfrentar os trabalhadores num terreno da sua especialidade — o do sufrágio universal secreto, como forma de delegação de poderes. **A burguesia vai esforçar-se por iludir o povo. Vamos ver os fascistas doutrora vestidos de uma democracia palavrosa. Vamos ver os que nunca foram resistentes e não foram nunca capazes de levantar um dedo contra o fascismo, proclamar o seu amor à liberdade e ao progresso. Vamos ouvir a burguesia falar em vários tons sem dizer nada.**

Mas o **desemprego**, esse vai continuar, o **custo de vida** não parará de subir. A burguesia tem bibliotecas inteiras para analisar todos esses problemas, tem técnicos habilitados para explicarem até ao detalhe mais insignificante como tudo se passa, jogando com notas de banco e trabalhadores, tudo reduzido a números metidos no mesmo saco. Bibliotecas que se resumem num objectivo simples: assegurar e disfarçar a exploração de que os trabalhadores são vítimas.

É preciso pois arrancar as máscaras da realidade que os trabalhadores sofrem na carne, denunciando o sentido e a raiz do desemprego, que se não pode entender como fatal, quando há tantas necessidades por satisfazer, tantos recursos por aproveitar, que só se pode compreender pela deformação de um aproveitamento racional dos recursos, em prol do lucro dos capitalistas. É preciso denunciar os mecanismos que com a mesma origem, levam à subida constante do custo de vida, à desvalorização permanente dos salários reais.

A luta dos trabalhadores será a única alavanca capaz de tornar eficaz o desmascaramento que em teoria se tem de fazer incessantemente. Tão incessantemente como a burguesia procura camuflar a realidade.

É neste sentido que o M. E. S. continuará a lutar, com a preocupação de projectar, sempre em termos de uma sociedade sem classes as lutas imediatas e as questões políticas que em cada momento se lhe deparem. **Por isso, alertamos os trabalhadores, e o povo em geral, contra os que, com cantos de sereia, sobre uma «liberdade» que não definem, preparam ou abrem caminho ao regresso dos que nos oprimiram durante quase meio século.**

As eleições serão sempre pouco para os trabalhadores como solução, ou via de solução, para os seus problemas, mas poderão ser muito a favor da reacção capitalista, se a direita conseguir iludir o povo o suficiente para o fazer votar nos representantes da burguesia.

Mobilizemo-nos pois, todos, contra a ofensiva da burguesia capitalista, contra as suas paragonas, para que o processo revolucionário sofra o menos possível; para que, pelo contrário, se criem as condições para um verdadeiro poder popular, para um democarcia que constantemente se aprofunde no sentido do socialismo e da sociedade sem calsses. Só assim os trabalhadores poderão deixar de pagar a crise do capitalismo, só assim se abrirá o caminho para a liberdade autêntica, vivida nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas ruas, dia a dia directamente, colectivamente, e não de tantos em tantos anos resumida no acto de votar, individualmente, isoladamente.

Contornemos a cilada das eleições burguesas, enfrentemos os candidatos-delegados da burguesia, para podermos evitar outras ciladas e caminhar para uma sociedade sem exploradores, sem explorados, a sociedade socialista.

Comissão Coordenadora do Núcleo de Coimbra do M.E.S.

O M.I.R. está vivo

Do Comité América-Latina (CAL) recebemos o comunicado que publicamos na íntegra:

O Comite América Latina (C.A.L.) manifesta a sua preocupação diante do surpreendente teor de uma nota sobre a situação chilena publicada no último número do semanário «Sempre-Fixe».

Sob o título: **Chile: O MIR rende-se** o semanário reproduz informações emanadas de um programa de televisão organizado em Santiago pelos organismos de «acção psicológica» da repressão chilena assistidos pela C.I.A., Neste programa de claro conteúdo provocatório foram apresentados quatro indivíduos que fizeram uma série de afirmações totalmente inverídicas a respeito do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma das forças da resistência chilena. Entre outras provocações estes indivíduos exortaram aos militantes desta organização ao abandono da luta.

Como tantas outras iniciativas, sempre rapidamente desmascaradas, **esta provocação da Junta fascista de Pinochet visa atingir o conjunto da resistência chilena. Pretende semear a confusão e propagar mentiras tanto do plano interno quanto a nível internacional.**

É sobejamente conhecido por todos aqueles que combatem o fascismo e o imperialismo o vulgar método policial que consiste em fazer passar agentes provocadores por militantes revolucionários «arrependidos» e fazê-los propagar mentiras a respeito de organizações revolucionárias. É igualmente conhecido o método que consiste em obrigar, mediante torturas e «lavagens cerebrais», certos simpatizantes de forças anti-fascistas a lerem publicamente declarações previamente elaboradas pela repressão. **Estes métodos não surpreendem a ninguém, tal como a tortura, o assassinato e o massacre são armas constantes do fascismo e do imperialismo.**

O que provoca surpresa e preocupação é o facto de um semanário de inequívoca trajetória progressista ter caído, acreditamos inadvertidamente, nesta provocação fascista ao reproduzir sem nenhum senso crítico tais informações

A organização revolucionária em questão assim como todas as outras forças que compoem a resistência chilena já deram provas abundantes e inequívocas de sua disposição inquebrantável de lutar contra o regime pinochetiano até a sua destruição final.

O C.A.L. denuncia firmemente esta provocação montada pela Junta de assassinos que oprime o povo chileno. Fiel ao seu objectivo de informar o Povo Português e prestar solidariedade aos povos irmãos de América Latina não poderia deixar de manifestar a sua preocupação pela maneira nada responsável com que foi tratado este episódio pelo referido semanário.

O Povo português profundo conhecedor dos métodos de repressão e propaganda fascistas empregado aqui durante 48 anos não se deixará enganar pelas manobras desesperadas da ditadura de Pinochet.

A heróica resistência chilena não se rende nem jamais se renderá. Persevera e avança em seu combate unitário contra a Junta fascista e o imperialismo que a sustenta.

AFRICA em luta

BOLETIM DO CIDAC Nº 1 FEV. 1975

A revolução em Portugal está ligada à revolução africana. Os nossos povos não apenas ficaram unidos pela história, mas sobretudo estão ligados pela prática de luta contra o inimigo comum e pela solidariedade militante entre as suas forças progressistas. O combate contra o imperialismo e o alargamento da luta de classes à escala mundial exige pois uma perspectiva claramente internacionalista.

Saudamos pois o aparecimento de «África em luta», órgão do CIDAC que será, por certo, um importante instrumento neste combate contra as forças colonialistas e imperialistas.

De um camarada recebemos a carta que a seguir publicamos:

Depois de um breve lapso de tempo de atemorização, os chacais reaccionários emergem pelas Beiras, Minho, Trás-os-Montes e um pouco por todo o País, ensaiando-se e organizando-se para oportunamente tentarem o assalto.

De um modo aparentemente incompreensível e perante a estupefacção dos portugueses, a Reacção institucionaliza-se, «legaliza-se» em partidos à sombra da Liberdade que deseja destruir, para em altura que julgue oportuna tentar o salto de morte sobre a jovem Democracia que estamos a construir. Se é evidente que as F. A. estão vigilantes, como garante e pilar do Portugal Novo, e observam atentas as manobras reaccionárias, melhor seria decapitar já a hidra, evitando ter de o fazer eventualmente mais tarde.

Após a intentona de Setembro e a dissolução da tristemente célebre F.D.U. — Frente Democrática Unida, constituída pelos sinistros partidos do Progresso, Liberal e Trabalhista — este ainda dá sinais de vida —, **o já famigerado C.D.S. organizado pelo delfim de Marcelo Caetano vê as suas hostes engrossarem pelo ingresso da escumalha neo-salazar-caetanista.**

Surgem, por fim, os democratas e cristãos da última hora. Nada mais, nada menos: **a pólvora sem fumo** — O P.D.C.! Constituindo a sua designação só por si uma ofensa aos cristãos e democratas dos partidos já existentes por pressupôr a exclusividade daqueles atributos quando, como se vai indiciando até a sua inclusividade é duvidosa, esta gente surge agora em rompante pela provincia, seu campo fácil, mobilizando a credulidade e a ignorância das populações — troféus do fascismo —. Esta actuação vem sendo notada e já foi denunciada por carta publicada no «Diário de Notícias» de 3/2/75, quando populações semi-analfabetas foram rondadas nos arredores de Vila Nova de Ourém por gente daquele partido, com vista à campanha das 5000 assinaturas necessárias à sua «legalização». Não será de excluir a hipótese para a «mise-en-scène» ficar completa, de acrescentarem para sua subsigla **«o partido de Nossa Senhora de Fátima».**

Se dúvidas subsistirem sobre as intenções destes cristãos da última hora, aprecie-se o primeiro número do seu jornalesco — Presença Democrática emoldurado a verde. **Não esqueçamos a tão conhecida e insuportável figura do 28 de Setembro que aparecia na TV a dizer que os pides tinham as paredes mal pintadas e outras histórias tristes.**

Sempre através dos tempos, Cristo serviu de capa a toda a espécie de oportunistas e fariseus para encobrirem os seus intentos. Basta de sacrílega invocação do que é sagrado, **abaixo as Ku-Klux-Klans!**

Não passarão os mentores neofascistas do C.D.S. nem a recém-chegada gente do P.D.C.! Igualmente os portugueses não temerão a campanha de calúnias da Imprensa burguesa e conservadora da Europa, como «El Alcazar», «L'Aurore», «The Daily Telegraph». Quando os portugueses, durante décadas, foram torturados e assassinados pela Polícia de Salazar e Caetano, nunca esses arautos da burguesia se importaram com o triste destino dos portugueses; agora tentam meter o bedelho nos nossos assuntos internos.

Tenhamos bem presente a acção dos falsos cristãos da Democracia Cristã no Chile, onde a sigla D. C. é sinónimo de morte. Este desgraçado País, transformado em campo de concentração, tem sido palco macabro de um genocídio que ronda 30 000 seres humanos, nossos irmãos.

Não passarão os candidatos a coveiros da nossa jovem Democracia, não passarão os Pinochets potenciais que nos espreitam. Não ao alarmismo, mas estejamos em vigilância.

A Reacção não passará!

H. PEREIRA DOS SANTOS

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

Jornal semanal — todas as quartas-feiras
propriedade de
Movimento de Esquerda Socialista
composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa

PRÓXIMOS COMÍCIOS

5 Março: **Lisboa**, Sant'Ana Futebol Clube, 21.30
Mem Martins, Progresso Clube, 21.30
8 Março: **S. Pedro do Sul, 21.30**

PLANEAMENTO FAMILIAR EM DEBATE

Organizado pela equipa de demografia realiza-se nos dias 6 e 7 de Março no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas um encontro sobre planeamento familiar.

No dia 6 será projectado um filme sobre Aborto, seguindo-se debate em que que participarão vários ginecologistas.

No dia 7 terá lugar um debate em que participarão vários partidos e movimentos, estando assegurada a presença de LUAR, MES, MRPP e PRP.

VIANA DO CASTELO

Realizámos no passado dia 22, pelas 21,30 horas em Alvarães, uma sessão de esclarecimento bastante proveitosa e concorrida. Como problema de bastante importância para a região falou-se particularmente de agricultura, processos de desenvolvimento da produção agrícola. Explicou-se também aos presentes o tipo de sociedade que pretendemos construir através de elementos colhidos e estudados pelos trabalhadores. Fez-se ainda uma nálise á situação política actual e análise específica a certos problemas da região. Lembremos que Alvarães é uma das maiores freguesias do distrtito e que é bastante industrializada. Três fortes unidades produtoras de produtos cerâmicos para a construção civil e uma unidade de lacticínios.

SEDES

Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Beja Praça da República, 34
Braga Av. da Liberdade, 354-2.º
Castro Verde R. Nascimento Costa
Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º
Faro, R. Castilho, 9
Guarda, R. Marquês de Pombal, 1.º
Lisboa Av. D. Carlos I, 146-1.º dt.º Tel. 607127, 607128.
R. Rodrigues Sampaio, 79-r/c Tel. 535438
Ovar R. Marquês de Pombal, 70
Portalegre R. da Oliveira, 61
Porto R. 31 de Janeiro, 150-2.º Tel. 319569
S.Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Seia R. Capitão António Dias
Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Peniche R. Salvador Francisco, 54
Ponta Delgada R. Tvares Resende, 100
Viana do Castelo R. Altamira, 65/67
Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

O «E. S.» VENDE-SE

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

CAMPANHA DE FUNDOS

Um camarada de S. Domingos de **Benfica**	100 $ 00
Trabalhadores da Companhia de Seguros **U.A.P.-L'Urbaine**	1150 $ 00
Grupo de trabalhadores da Sociedade Portuguesa **Petroquímica**	1000 $ 00
	2250 $ 00

ASSINATURA

Esquerda Socialista

6 meses **75 $ 00** ☐
12 meses **150 $ 00** ☐
apoio **300 $ 00** ☐
estrangeiro-Europa **275 $ 00** ☐

Nome

Morada

Profissão

Admin./Redacção **Rua Rodrigues Sampaio, 79 r/c, Lisboa T. 535438**

Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.

Cooperativa contra desemprego

A firma Vaquinhas e Gertrudes Lda, com estaleiros no Seixal e Belém, dedicava-se à reparação de construção naval. Depois do 25 de Abril, continuando a má administração, foram-se acumulando as dívidas contraídas, ficando a firma à beira da falência.

No plenário de trabalhadores, foi avançada a hipótese de constituição duma Cooperativa de Produção, e eleita a Comissão de Trabalhadores, que vem dando corpo à iniciativa, estando esta prestes a ser legalizada.

Estivemos com elementos da Comissão de Trabalhadores:

E.S. — Qual a situação da empresa antes da decisão do Plenário dos trabalhadores?

— Bem, a situação da empresa, começou-se a deteriorar em Janeiro de 73, quando se deixou de pagar certas coisas e se foi acumulando uma conta bastante elevada à Caixa de Previdência; até que depois do 25 de Abril, quando já se não cumpria o pagamento dos salários aos operários, nas datas devidas, se chegou à conclusão que se teria de fazer um plenário para mudar a situação da firma.

Nessa altura, foi eleita uma comissão para gerir a firma, o administrador geral foi obrigado a sair da administração. Continua na firma mas como empregado, mas sem ter nada que resolver na questão administrativa. Esta comissão parece que não cumpriu como devia e em Outubro foi afastada. Elegeu-se uma nova comissão. Essa nova comissão tinha dois membros amigos do patronato e dois representantes dos trabalhadores. Esses dois representantes tinham sido eleitos para medianeiros entre a administração e os operários, mas mais tarde sem conhecimento dos próprios operários entraram para o conselho director.

Quando se teve a certeza de que não havia a possibilidade da firma continuar a ser gerida pelos patrões, decidiu-se fazer um plenário para decidir a situação da firma.

E.S. — Foi então que surgiu a ideia da Cooperativa?

— A Cooperativa foi pensada, já há algum tempo atrás por vários camaradas e depois como a situação da firma estava má, fomos para um plenário onde estavam presentes o Ministério do Trabalho, os delegados dos Sindicatos dos Metalúrgicos, pintores, carpinteiros e a Federação das Cooperativas de Produção. Foi nomeada no plenário uma Comissão de Trabalhadores que é a actual que está à frente da firma.

Ora a Cooperativa é o único caminho para evitar o desemprego a 136 operários.

E.S. — A Comissão de Trabalhadores, como mantêm o contacto com os restantes operários?

— Todas as decisões são tomadas em conjunto pelos trabalhadores, nós até todas as voltas que damos, através de Ministérios, ou qualquer entidade oficial, para legalizar a Cooperativa, damos conhecimento a todos os camaradas. Ultimamente até começámos a pôr comunicados em sítios onde todos os dias se possa ler, dizendo o que fizemos no dia anterior.

E.S. — Como pensam arranjar trabalho no futuro?

— Ao formarmos uma Cooperativa, já que Vaquinhas e Gertrudes contabilisticamente está falida, nós vamos partir do zero. Ora bem, esse zero diz-nos tudo. A Vaquinhas tinha entretanto serviços entre mãos que agora nos interessam. Pois que estes serviços nos sejam dados. Nos contactos que temos tido, toda a gente nos tem atendido bem.

E.S. — Pensam continuar a resolver os problemas colectivamente?

— **Sim, até porque no fim o que é uma Cooperativa? Será uma união de trabalhadores em que todos trabalham para o mesmo.** Todas as pessoas que não estejam interessadas, terão que se pôr à margem porque para uma Cooperativa não serve quem não queira trabalhar. E há que consciencializar que a Cooperativa tem de trabalhar. Na Cooperativa não há um patrão, e não podem estar meia dúzia deles a trabalhar para o resto. Mas isto vai correr bem!

MOCAR -poder operário

Como tinha sido decidido no Plenário os trabalhadores da MOCAR/SANTOMAR continuam em greve até que seja aceite e posta em prática a sua reivindicação de a trabalho igual salário igual. Como não foi encontrada solução para o caso, a paralisação de trabalho foi aumentando uma hora todos os dias, tendo-se atingido na sexta-feira a paralisação total.

Dia 27 houve uma reunião entre a administração e os delegados sindicais e Secretariado da Greve. É o seguinte o texto do comunicado que se lhe refere:

Ao nono dia de paralisações parciais, já com a aderência de todos os sectores da empresa, foram contactados todos os delegados sindicais do sector oficial, por parte da administração, para solução da situação actual entre administração e trabalhadores, tendo os delegados sindicais proposto à administração, através do chefe do serviço de pessoal, que só poderiam estar presentes nessa reunião acompanhados do Secretariado da Greve.

A reunião iniciou-se na oficina 7, no dia 26/2/75, pelas 18 horas e 30 minutos, terminando a mesma cerca das 4 horas da madrugada do dia 27 do corrente mês.

Estiveram presentes nesta reunião a administração do Grupo MOCAR/SANTOMAR e dois técnicos do serviço a pedido da mesma para dar qualquer esclarecimento se fosse necessário, estiveram presentes por parte dos trabalhadores 73 elementos do Secretariado da Greve e 24 delegados sindicais totalizando 97 trabalhadores.

A administração tenta desarmar a greve com uma proposta para ser encontrada uma plataforma de entendimento; aquela não oferecia qualquer garantia que justificasse o desarmar da greve.

Nós, trabalhadores, em princípio aceitando a plataforma de entendimento com a administração **não desarmamos a nossa greve** sem que para tal a administração nos dê uma garantia total à nossa justa reivindicação.

Para melhor analizar e discutir a plataforma de entendimento que a administração propôs, foi acordado o seguinte: uma interrupção de meia-hora para que os trabalhadores, sem a presença da administração, decidissem sobre a possível plataforma de entendimento, sendo depois aprovada uma proposta do seguinte teor:

Que a greve desencadeada não seja levantada sem que haja uma respota afirmativa da parte da administração em relação às reclassificações profissionais.

Nota: Esta proposta foi aprovada por unanimidade em Plenário de Delegados Sindicais e Secretariado de Greve pela 1 hora e 10 m do dia 27/2/75.

Camaradas — Por considerarmos que a luta é comum e a responsabilidade recai sobre todos nós apela-se a todos os camaradas para que não liguem a boatos dado que estes podem vir a recair sobre ti.

A disciplina é necessária para a nossa vitória unidos e organizados venceremos
Camaradas, em frente pela nossa justa reivindicação

Delegados sindicais
Secretariado de greve
Lisboa, 27/2/75

No seguimento deste plenário foram formados grupos de trabalho para se debruçarem sobre possíveis irregularidades existentes na proposta de reclassificação apresentada pelos trabalhadores.

Dia 28 realizou-se uma reunião com os trabalhadores das várias oficinas. A ordem de trabalhos (que não houve tempo para tratar completamente era a seguinte:

1 — Informações
2 — Disciplina
3 — Debate de todos sobre a greve (visto que há alguns sectores (escritório e caixeiros) que aderiram à greve já depois de ela ter sido iniciada.
4 — Grupo de dinamização da greve.

Esta reunião veio confirmar o total acordo e firme determinação dos trabalhadores da Mocar/Santomar.

Ficou formada uma comissão encarregada de «definir as regras do jogo», composta por 4 operários metalúrgicos e 2 elementos de cada um dos outros sectores.

A luta prosseguirá até que a administração reconheça que cabe aos trabalhadores definir os critérios para a reclassificação.

E.S. apoia a luta da Mocar porque considera extremamente importante tudo quanto se traduza na afirmação do poder dos operários e demais trabalhadores. Se é verdade que este poder só se afirmará plenamente na sociedade socialista, importante é ter sempre em conta que é nas várias lutas contra o capitalismo e contra a exploração, correctamente perspectivadas, que se avança na sua construção pelas conquistas organizativas e pela tomada de consciência que tais lutas originam.

A luta da Mocar/Santomar é a luta de todos os explorados e oprimidos.
Em frente camaradas!
Até à vitória!

Rádio Renascença —contra quem lutamos !

Segundo uma nota divulgada no passado sábado pela Comissão de Extinção da Pide e da Legião Portuguesa, o «Monsenhor» Cesinando de Oliveira Rocha secretário da Conferência Episcopal Portuguesa e antigo Presidente do Conselho de Gerência da Rádio Renascença (afastado pelos trabalhadores por ter tentado fazer censura interna depois do 25 de Abril),

era também comandante da Lança da Legião Portuguesa e condecorado com a medalha de prata por assiduidade e bom comportamento, daquela organização repressiva.

Já toda a gente sabia que havia muitos padres, principalmente entre os escalões mais altos da hierarquia católica comprometidos com o fascismo e com o grande capital. E agora está provado, de forma insuspeita, que, além disso, havia membros da Igreja a combater os antifascistas e a tentar, nas organizações repressivas, que se não pudesse esclarecer o povo.

Agora percebe-se melhor quem é que ataca a justa luta que os trabalhadores da Rádio Renascença travam contra os despedimentos, quem é que não se cansa de caluniar aquela luta, quem é que tenta ressuscitar em Portugal um conflito religioso para depois dizer que em Portugal a Igreja é perseguida e que os católicos devem votar nos partidos da direita (que usam o nomes como «democratas-cristãos» e do «centro» para ver se enganam alguém).

Este senhor legionário era o menino que mandava nos trabalhadores da Rádio Renascença (os reprimia) e é hoje quem assina os documentos saídos da Conferência Episcopal sobre a greve dos trabalhadores daquela Emissora.

Naturalmente que é de pôr a pergunta: ainda estão ao serviço das mesmas pessoas os patroes da Rádio Renascença?

E o que é que andam a fazer na Igreja os legionários e outras espécies de bufos?

E uma última pergunta dirigida ao Papa ou ao Núncio: Quando é que começa o saneamento dentro da Igreja? Quando é que os fascistas, os defensores dos patrões saem da Igreja e, principalmente, dos altos postos que ainda mantêm?

Quando é que **toda** a Igreja estará ao serviço e ao lado dos explorados e oprimidos?

Os trabalhadores da Efacec (sector comercial-norte) reunidos em plenário manifestam unanimemente o seu apoio à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e repudiam as manobras de certo sector de clero perfeitamente indentificado com o patronato reaccionário que tudo faz para transformar numa luta ideológica um conflito de trabalho.

Camaradas estamos convosco!
Abaixo o clero reaccionário!

Continuação da pág. 1

Este processo baseado na exploração da mão-de-obra barata, permite bons lucros e vantagens nos mercado internacionais, além das «vantagens financeiras» conhecidas que este circuito de importação-exportação permite.

Pode assim, este tipo de empresa, fabricar dificuldades e falências, quando convenham declarar os lucros que decidirem ter, abandonar os empreendimentos sem prejuízos sensíveis e não permitindo facilmente a laboração fora do seu controlo.

Com armas tão podero-

sas contra si não têm os trabalhadores espaço (se querem lutar consequentemente pelos seus interesses e os compreendem como opostos aos do patronato) não têm os trabalhadores espaço, diziamos, para erros ou indecisões na condução da sua luta.

É clara a urgência de multiplicação de forças, de organização operária, de determinação revolucionária.

Em Novembro passado, por proposta da administração, 60 trabalhadores passaram a ficar em casa, recebendo somente 60 por cento do ordenado.

Em Dezembro, 850 trabalhadores abandonaram a empresa aliciados com indeminização chorudas, superiores às legais. Dispende nisto a I. T. T. 42.000.000$00 o que sugeriu a alguns trabalhadores a pergunta: — «Não poderia este dinherio servir para abrir postos de trabalho novos em vez de injectar desempregados na rua?».

Também em Janeiro a administração propõe no Ministério do Trabalho a passagem de 180 trabalhadores ao regime de semi-emprego funcionando alternadamente semana sim, semana não.

Hoje, a administração quer pura e simplesmente despedir 25 pessoas.

Denunciando todas estas manobras o Comité de Empresa na ITT do M.E.S. fez sair na véspera da Assembleia de Trabalhadores o seguinte comunicado:

CAMARADAS:

Neste momento há mais de 200.000 trabalhadores desempregados. Cerca de 850 eram ainda há pouco nossos camaradas de trabalho. Destes só uma escassa minoria assegurou novo emprego, estando a grande maioria em situção crítica, por se ter acabado o «bónus, gentilmente oferecido pela empresa». Qual será o futuro destes trabalhadores?

E não duvidemos que nós, trabalhadores, inconscientemente contribuimos para a situação em que eles se encontram. Porque fomos nós que nos acobardámos aceitando a miserável proposta dos parasitas exploradores da ITT/CIA. Será que vamos ser PALERMAS repetindo o mesmo erro?

O que pretenderá a Administração ao resolver o problema dos directos, esquecendo os indirectos? A Administração sabe que para atingir mais facilmente os seus fins convém-lhe dividir os trabalhadores. Deste modo ela pretende sabotar uma possível votação conseguindo que os trabalhadores com «emprego assegurado» desprezem os camaradas em risco de despedimento. Porque camaradas, não tenhamos ilusões: será essa a sorte que espera aqueles trabalhadores a quem a Administração não garante emprego. Foram lançados 850 no desemprego, estão em risco de ficar na mesma situação mais 25, e por este andar iremos TODOS para a rua.

CAMARADAS:

Não hesitemos em nos opormos aos planos de despedimentos ou sub-emprego que a Administração tem na manga, 25 não são nada; só todos seremos suficientes para nos opormos às manobras porcas desta corja de exploradores que é a ITT/CIA. A nossa união faz-se na luta e é com espírito de luta que venceremos. Não deixemos que a HESITAÇÃO, o MEDO ou a COBARDIA, que já nos prejudicaram antes, se continuem a manifestar entre nós, boicotando a nossa luta e jogando a favor dos patrões. Não fiquemos comodamente agarrados às falsas garantias de emprego mas façamos um esforço agora para que a victória final seja nossa.

Mas a ITT em Portugal não é só a nossa fabrica. Existem outros trabalhadores noutras empresas que também são explorados por esta camarilha de gatunos e que também estão em luta como nos e contra os mesmos exploradores da ITT/CIA. São os da OLIVA, da STANDARD, do SHERATON, da IMPRIMIARTE e especialmente da RABOR. Para nos opormos eficazmente às manobras reaccionárias desta sinistra multinacional, teremos que nos unir com todos os trabalhadores do grupo ITT. Avancemos desde já com a formação de uma **comissão inter-empresas do grupo ITT para** assim avançarmos de uma maneira organizada e mais forte na nossa luta contra a exploração capitalista.

Comité de Empresa do Movimento de Esquerda Socialista na ITT (semi-condutores)

Na Assembleia, onde foi permtida a permanência de dois representantes do Jornal «Esquerda Socialista» surgiu uma pergunta que, por pertinente, reproduzimos:

— Porque é que estão pessoas na cantina sem ter que fazer, postas lá pela direcção que diz não haver trabalho para todos, quando aos que estão na produção é pretendido os 100 por cento de índice de qualidade, ao ritmo de trabalho usual, que toda a gente sabe ser desgastante e dificilmente conseguido. Não seria mais racional conseguir os 100 por cento de qualidade **efectivamente** evitando o desperdício de material e sacrifício a quem trabalha, pondo mais gente na produção a ritmos mais humanos?!

A redacção deste jornal não se debruçará mais sobre este Plenário de trabalhadores, seus objectivos, propostas e avanços organizativos para a luta em curso.

Não o fará porque existindo na área da empresa um Comité Operário de Zona, este, muito mais integrado nos problemas e lutas da região tomou a iniciativa de o fazer.

Passamos portanto a transcrever um texto assinado pelo COZ de Cascais do M.E.S.:

QUINTO PLENÁRIO DOS TRABALHADORES DA ITT SEMI-CONDUTORES

Depois da discussão dos pontos apresentados (**não ao despedimentos, não ao sub-empregado e tomadas de posição drásticas quando necessário**) foram estes aprovados na sua totalidade.

Foi seguidamente apontada a necessidade criar grupos de trabalho que possibilitem uma maior capacidade de resposta face à administração.

Para tal, foram aprovados três grupos propostos pela Comissão Sindical. Um que averigue a capacidade da empresa empregar os 25 trabalhadores cuja posição não está garantida pela administração, outro grupo para coordenar as mudanças que, se tiverem de fazer em vários sectores para garantir o emprego de todos os trabalhadores, e um terceiro grupo para estudar a reconversão da fábrica, libertando-a da sujeição ao estrangeiro.

Foi ainda apresentado por um grupo de operários uma propostaconducente à formação de um grupo de trabalhadores encarregado de avançar desde já trabalho para a formação de uma **Comissão Inter-Empresas do grupo ITT.**

Assim se evitará que as manobras reaccionárias do patronato em cada fábrica não tenham unicamente respostas isoladas dos trabalhadores dessa fábrica, mas que haja **mais união dos explorados contra a união dos exploradores da ITT.**

Se os grupos primeiro referido são necesários (especialmente o terceiro) este último é fundamental, pois a ITT semi-condutores está completamente controlada pelo estrangeiro no que diz respeito a encomendas sendo impossível controlá-la em Portugal.

Contudo, apresentando uma **frente unida de trabalhadores do grupo ITT** já esta terá menos possibilidade de manobra, visto que por exemplo, não pode levar o Sheraton às costas para a América.

No fim do Plenário foram aprovadas moções de **apoio à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e da ITT rabor.**

Ficou bem assente que terão **de ser os capitalistas a pagar a crise por eles produzida,** confirmando os trabalhadores vigorosamente o seu **NÃO aos despedimentos e ao sub-emprego** e avançando formas de organização real com que sejam capazes de enfrentar a tenebrosa ITT-CIA.

NÃO ÀS NEGOCIATAS COM O PATRONATO!
SÓ A UNIÃO DOS EXPLORADOS SE PODERÁ OPÔR À FORÇA DOS EXPLORADORES!
EM FRENTE PELA FORMAÇÃO DA COMISSÃO INTER-EMPRESAS DO GRUPO ITT!
COZ DE CASCAIS DO M.E.S.

Brutus — o dito por não dito

A luta dos trabalhadores da Alfaiataria Brutus dura já desde 28 de Janeiro!

No dia 25 houve negociações com o patrão no Copcon que duraram 11 horas. Os trabalhadores apresentaram o seguinte caderno reivindicativo em 10 pontos:

1 — Não aos despedimentos de quaisquer trabalhadores.

2 — Depois de qualquer acordo com a entidade patronal, ser feita uma peritagem à forma prévia à regularização da situação.

3 — Que a gerência ou a administração tenha disciplina no seu trabalho com os trabalhadores no seu sector.

4 — Garantir o trabalho de 6 dias de todos os da alfaiataria.

5 — Pagamento imediato dos dias perdidos no conflito de trabalho.

6 — Garantir o imediato envio dos nossos descontos para a Caixa de Previdência a fim de nos serem pagos os abonos e baixas que se verifiquem

7 — Que os trabalhadores possam vetar a admissão de novos trabalhadores.

8 — Que os assuntos da administração sejam com os gerentes e não com os seus familiares.

9 — Possível reconversão da firma de acordo com os trabalhadores.

10 — Que o montante diário a pagar ou receber, esteja sob controlo dos representantes dos trabalhadores, bem como toda a escrita em geral.

O plano falhou

Nestas negociações o patrão, sr. Nuno, reconheceu que o despedimento que originou a luta não era um simples despedimento: **oito outros estavam já previstos a seguir. E finalmente iriam todos os empregados da alfaiataria. Esta seria fechada e manter-se-ia apenas a loja. Este foi o plano que os trabalhadores souberam fazer falhar!**

No dia seguinte das negociações (dia 26) o major Dias Ferreira entrou em contacto com os trabalhadores informando-os de que o patrão tinha dado o SIM. O patrão tinha portanto concordado com os dez pontos e o major propunha até que os trabalhadores desocupassem imediatamente as instalações.

Os trabalhadores não quiseram fazê-lo sem terem por escrito, a concordância do patrão. Na verdade não se podia confiar no sr. Nuno, depois de tudo quanto já fez.

E no dia seguinte o major voltava a informar. O patrão afinal dava o dito por não dito! Já não aceitava o caderno reivindicativo! «E se nós tivessemos desocupado!».

Os trabalhadores responderam a mais esta manobra com a firmeza que sempre têm sabido manter. Continuam a produzir e a vender e estudam a reconversão da loja: substituir os artigos de luxo por roupas mais baratas, ao alcance de outras bolsas.

Os trabalhadores sabem que a luta contra o capital é difícil. Mas estão decididos a ir até ao fim. A sua razão virá ao de cima!

COMÍCIO NO PORTO

ELEIÇÕES

O M.E.S. realizou no Porto um Grande Comício Nacional como impulso para um amplo trabalho de massas nesta cidade e divulgação da análise e perspectivas de luta que o M.E.S. avança para o actual momento político. Foi este o sentido da breve alocução com que o camarada Nuno Teotónio Pereira abriu a sessão.

Em primeiro lugar falou Celso Cruzeiro da Comissão Política Nacional que começou por afirmar:

SITUAÇÃO POLÍTICA E ELEIÇÕES

As eleições burguesas começam dentro em pouco no nosso país. O problema das eleições burguesas e das manobras provocatórias dos partidos burgueses, procurando canalizar para a urna a derrota do povo tem que merecer da parte das organizações revolucionárias uma resposta revolucioária em todos os campos de luta. **O poder da burguesia deve-se afrontar fora das eleições, mas também dentro delas.**

Depois do 25 de Abril e face ao avanço da luta da classe operária, a burguesia procura neste momento reconverter a situação a seu bel-prazer, com o apoio da estratégia reformista. É por isso que uma intervenção revolucinária nas eleições tem também de combater o poder da burguesia e as soluções capitulacionistas que os reformistas pretendem impor às massas.

O papel do M.E.S. como organização revolucionária dos trabalhadores é conseguir perspectivar a iniciativa histórica das massas, rasgar novos horizontes perspectivar novos avanços políticos até à tomada do poder pela classe operária e pelos trabalhadores e, seus aliados. O movimento de massas em que os trabalhadores vão prosseguir as suas lutas não é um simples movimento populista antifascista. Hoje temos de tratar as coisas pelos seus nomes: **a reacção, em Portugal é a estrutura capitalista que oprime os trabalhadores. Não há possibilidade de evitar o retorno do fascismo se não forem conseguidos novos avanços pelos trabalhadores no sentido do socialismo.**

A história mostra que o grande coveiro dos regimes de direita tem sido a organização autónoma da classe trabalhadora. O movimento de massas anticapitalista, no qual o M.E.S. está empenhado, ajudará a construir a organização política e revolucionária dos trabalhadores que não será jamais construída de querelas partidárias, de cúpulas, de gabinetes de reuniões semelhantes; mas que será concerteza alcançada com base na movimentação dos próprios trabalhadores em luta pelo socialismo.

Interrompido frequentemente pelas palavras de ordem **lutar, criar poder popular** e **nas fábricas nos campos os trabalhadores vencerão** gritadas pela assistência, Celso Cruzeiro prosseguiu:

É fundamental criar órgãos de contrapoder operário e popular que são a medida concreta de bater e de contrapor à burguesia dentro do aparelho de Estado, uma solução autenticamente popular. Mas os órgãos de poder popular são também já um embrião da futura sociedade socialista em que o poder deve residir no povo, nos órgãos populares de democracia directa que controlem todo o aparelho político, todo o aparelho de Estado para que os trabalhadores sejam efectivamente eles a libertar-se em vez de serem libertados por outros **que vêm mais tarde a impor soluções que não são as escolhidas por eles próprios, os trabalhadores.**

E mais adiante afirmou:

É fundamental que o nosso movimento saiba organizar-se e alargar-se a nível nacional. E não devemos cometer o erro de pensar que só nos grandes centros pode um movimento político como o nosso construir uma alternativa de tomada de poder e consolidá-lo depois. A história tem demonstrado que se numa fase de tomada de poder facilmente ele pode ser tomado em dois ou três centros, a fase de consolidação do poder, a fase que derrotará a contra-revolução terá que ter já uma ampla implantação no campo, na fábrica, na escola que permita responder mais tarde às manobras reaccionárias do capitalismo.

A finalizar o camarada Celso Cruzeiro afirmou:

Dentro e fora das eleições no Parlamento Burguês, como na fábrica, os revolucionários vermelhos devem dirigir uma contestação sistemática e aliar a verdadeira decisão do povo aos órgãos de poder popular que nesse momento nos bairros pobres, nas fábricas nos quartéis, na escola, na vida decidem efectivamente o que o povo quer; estão efectivamente ao serviço do povo e conduzi-lo-ão à tomada do poder.

Para combater as eleições, todos às eleições!
Viva o Socialismo!

Falou em seguida o camarada Mário Martins operário metalúrgico do Porto, que afirmou:

O actual momento político português, é visto por mim pouco animador; porque quando o Povo Português se devia politizar e organizar temos à porta as eleições e acho que nesta altura o Povo Português, em especial todos os trabalhadores deixaram para trás a sua luta enquanto pensam nas eleições.

Pois camaradas, eu penso que a oportunidade para construirmos uma sociedade socialista nunca esteve ao nosso alcance como agora, pois saibamo-la aproveitar não percamos tempo. Todo o tempo é pouco, nós trabalhadores portugueses temos tarefas muito mais importantes agora que antes do 25 de Abril. Trabalhadores deixemo-nos de cinemas, de futebol, pois olhemos todos e em grande escala para os problemas sociais e económicos da comunidade portuguesa.

Estamos numa democracia burguesa, o dinheiro e o poder continuam entregues aos burgueses que sempre nos escravizaram e martirizaram continuam os operários a sofrer o custa da inflação e as escravaturas no trabalho os burgueses esses não se importam com isso, eles têm de sobra, o suor que nos tiraram através de todos os tempos e querem continuar a tirá-lo.

CAMARADAS, um apelo meu, de um oerário fabril. Organizem-se nos vossos locais de trabalho, unam-se numa só voz, mas que seja uma só voz verdadeiramente rrevolucionária para o socialismo, e assim a vitória será dos trabalhadores.

Depois de sabermos que os capitalistas, patrões, têm os seus lacaios para escravizarem os trabalhadores temos que derrotar o capitalismo e seus lacaios, enquanto nos trabalhadores não conseguirmos acabar com esses lacaios dos patrões nós não teremos a sociedade socialista que os trabalhadores e todos os explorados precisam.

Operários do norte e de todo o País, tomem consciência de classe, organizem-se nos vossos locais de trabalho, não acreditem em reacções até de certa parte do clero que utilizam a palavra religião e de cristandade para a burguesia continuar ao lado desse clero reaccionário que proclama a religião e cuja religião é uma minoria viver em palacetes com grandes piscinas, bons Mercedes e todos os carros melhores que existem, toda uma boa comodidade e entregam-se à caridade que eles chamam ajudar os pobres trabalhadores com esforço físico pago a um preço miserável. Do que nós precisamos é de tomar conta daquilo que é nosso — pois quem é que produz todas as riquezas que esses senhores gozam? Somos nós, os trabalhadores.

Pois estejamos vigilantes, isso é essencial agora mais do que nunca e unidos, e tenho a certeza que se assim o fizermos teremos então como é de minha vontade uma sociedade socialista.

Viva O Movimento de Esquerda Socialista!
Vivam os Operários, os Camponeses e Todos os Trabalhadores Portugueses na sua Luta por uma Sociedade Democrática e sem Exploração, uma Sociedade Nova!
Avante pelo Socialismo!

QUESTÃO SINDICAL

Em seguida o camarada João António expôs a posição do M.E.S. sobre a luta sindical. A certa altura afirmou:

O Movimento de Esquerda Socialista defende um sindicalismo vertical, um sindicalismo de classe e a total **democraticidade** da vida sindical.

— **Sem democraticidade**, à unicidade não corresponderá a indispensável unidade de todos os trabalhadores;

— **Sem democraticidade** os sindicatos deixarão de ser um organização dos trabalhadores e por eles controlada de acordo com os seus interesses de classe para se transformarem em organizações burocráticas apenas preocupadas em **manobrar as massas**, de acordo com os interesses partidários que defendem.

É necessário e urgente imprimir uma orientação anticapitalista à luta sindical. Para tal impõe-se:

— Imprimir à luta sindical uma orientação claramente política, o que não se confunde com partidarismo;

— Imprimir uma linha de orientação que **recuse a conciliação de classes** defendida pelo reformismo.

Só assim se lançarão as bases de um verdadeiro sindicalismo de classe, em oposição ao **sindicalismo cupulista e dirigista** que tem feito da maioria das organizações sindicais meras correias de transmissão de organizações partidárias.

Só assim será possível uma linha de orientação que permita ultrapassar a actual crise do sistema, não à custa da exploração redobrada dos trabalhadores, mas a favor dos trabalhadores, pela **destruição** do próprio sistema e **instauração da Ditadura do Proletariado.**

— **Por um sindicalismo assente na Unicidade**

— **Por um sindicalismo assente na democracia interna**

— **Por um sindicalismo independente do Estado e dos partidos políticos.**

— **Por um sindicalismo anticapitalista, por um sindicalismo de classe.**

LUTA POLÍTICA E PARTIDÁRIA

O orador seguinte, Rogério de Jesus, da Comissão Política Nacional, começou por afirmar:

Camaradas:

Dirijo-me a todos como camaradas porque não acredito que alguém que esteja aqui não seja ou um resistente na luta activa ou um resistente pelo menos em consciência, contra o capitalismo.

Não acredito que depois das palavras ditas haja aqui algum hesitante ou medroso, alguém que não tenha uma confiança absoluta na capacidade revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras.

Os partidos reaccionários compreenderam já que mais tarde ou mais cedo, mesmo com hesitações, mesmo com medrosos, as classes trabalhadoras vencerão. E é assim que, depois do 25 de Abril, não podendo já dominar-nos pela repressão violenta, pela repressão física, arranjaram maneira subtil e enganadora de nos dominarem politicamente de outra forma: vêm assim com pezinhos de lã, com falsos nomes, nomes que para nós são sagrados, tentar enganar-nos.

Vem o Partido da Democracia Cristã valendo-se da fé de muitas massas populares neste País, usando a palavra democracia, tentar enganar-nos, mostrando uma capa cor-de-rosa e tendo por trás todo o reaccionarismo, todo o fascismo encapotado que existia e existe neste país.

Aqui o orador foi ruidosamente interrompido pelos gritos do público: **Osório-Pinochet.**

Prosseguiu:

O Osório que tremelica depois do 25 de Abril com o avanço da luta e diz que estamos quase na ditadura do proletariado. É idiota! **porque se estivessemos quase na ditadura do proletariado, se tivessemos tomado o poder, ele não piava.** Nem outros Sanches Osórios, mascarados de outras formas, que tentam também piar e dominar.

Na altura em que os trabalhadores necessitam de unidade, são eles que surgem todos associados: P.D.C., C.D.S., P.P.D., P.S., episcopado reaccionário, a SEDES e outros que a gente não sabe onde está a sede.

O episcopado reaccionário que tal como o Sanches Osório, tal como todos os outros, quando sofríamos a repressão violenta nas ruas, quando éramos presos, quando éramos mais reprimidos ainda do que somos agora, não se viam em parte nenhuma! Só se viam em chás-canastas e em rezas que nada têm a ver com a fé e com a verdadeira religião.

Nesta estranha associação são todos anticomunistas. É natural que o sejam.

Nós trabalhadores, é que pelos enganos, pela repressão de 48 anos de fascismo é que ainda não sabemos claramente. **Mas eles sabem, eles sabem realmente que a construção do Socialismo e do Comunismo é o fim deles, é o fim da exploração, é uma sociedade nova controlada pelos trabalhadores.**

Frequentemente interrompido pela assistência que gritava «M.E.S.-**movimento comunista**» o orador prosseguiu:

Nós não acitamos para podermos fazer política em segurança, eliminar as palavras que têm de ser ditas: **lutamos pelo comunismo, queremos a ditadura do pròletariado, e não podemos de maneira nenhuma esconder isso, eliminando assim palavras que têm de ser ditas, que têm de se construir.**

Os vários partidos da direita, apesar do perigo que representam para nós, para os avanços da luta dos trabalhadores, fazem-nos rir: dizem esses do C.D.S. que são democráticos e sociais. Também o Marcelo Caetano falava no estado social. Todos eles afinam pelo mesmo diapasão: devem ter os mesmos fins! Devem ter, até, ligações! No 28 de Setembro o C.D.S. apoiava abertamente a «maioria silenciosa».

Em nome da democracia põem-nos este problema: isto é uma democracia, portanto, os reaccionários e os revolucionários têm o mesmo direito. NÃO TÊM!

E atenção: não há centros neste País. Na situação revolucionária e original que vivemos, não há centros: isso é na democracia burguesa, como em França, onde os joginhos de cúpula fazem com que um partido comunista desde há 30 anos, ande a deitar papelinhos numa urna e não consiga revolucionar a sociedade e construir uma sociedade socialista.

Mais brando, mais esperto, é o P.P.D. Congeminaram a maneira de não se confundir com o antigo regime, e ao mesmo tempo, não assustar certas clientelas que lhe poderiam fugir se se chamasse, por exemplo, socialista. Arrajou, assim, o popular e democrático. Popular como o **sr. Pinto Balsemão** que em 69 gritava a quem o queria ouvir (está também escrito em livros) que votar em Marcelo Caetano era votar no progresso deste País. Popular e democrático com o **sr. Sà Carneiro** que tentou um golpe para, a seguir ao 25 de Abril acabar com o processo revolucionário, dando ao sr. Spínola plenos poderes para declarar o estado de sítio.

São estes os populares e democráticos.

O P.S. tem um nome que leva alguns trabalhadores a identificarem-se com ele. Mas atenção: socialismo não é o objectivo final, é uma sociedade em constante transformação a caminho do comunismo. Todo aquele que se diga socialista, se não pretender construir a sociedade comunista, é mentiroso ou está enganado. **O P.S. vem com um paleio de esquerda e actuando om uma prática que é de direita,** tentando dividir a classe trabalhadora em nome de uma democracia que, para eles, era o pluralismo.

Não há confusão nenhuma! Sabemos muito bem que o P.C. controla a Intersindical. Sabemos muito bem que o P.C. tem hegemonia numa parte dos sindicatos, mas não é dividindo os trabalhadores que se contraria essa hegemonia, e esse controle.

Temos é de lutar pela democraticidade interna, pelo controle de base, por um verdadeiro sindicalismo de classe.

O P.C. é um partido de massas que tem no seu seio milhares de trabalhadores que hão-de estar, no afrontamento final, violento e doloroso, contra o capitalismo. Hão-de lá estar na rua. Estarão connosco e nós estaremos com eles.

A crítica que se lhe faz é à sua direcção política e à sua linha política que consideramos incorrecta, que já causou algumas derrotas, que já causou atrasos à classe trabalhadora.

O P.C. tem difamado e contrariado lutas importantes, tem negociado em gabinetes leis e problemas que dizem respeito aos trabalhadores. Tem usado o aparelho sindical para melhor contolar as lutas dos trabalhadores. Por isso é um partido reformista que como tal deve ser criticado.

Candidaturas 16 distritos

O Conselho Político do M.E.S., tendo em conta o estado de espanção do nosso Movimento ao nível nacional, e dentro da perspectiva não eleitoralista em que participamos na campanha eleitoral, decidiu que fossem apresentadas candidaturas em 16 dos 22 distritos do Continente e Ilhas.

Publicamos em seguida a lista dos militantes que encabeçam as várias candidaturas:

Angra do Heroísmo
Alberto Azevedo/Trabalhador estudante

Aveiro
Fernando Sousa/Técnico de desenho
Celso Cruzeiro/membro da C.P.N.

Beja
Vitor Silva/membro da C.P.N.

Braga
José Machado/Professor do ensino liceal
Alberto Castro/Assistente da Faculdade de Economia do Porto

Bragança
Jorge Nunes/Estudante

Castelo Branco
Franscisco Reis Alves/Operário metalúrgico
Ribeiro Mendes/membro da C.P.N.
Ludgero Barroso/Empregado de escritório

Coimbra
Pio Abreu/Médico
Abílio Hernandez/Assistente da Faculdade de Letras
Rui Namorado/Advogado

Faro
José M. Raimundo/Técnico de desenho

Leiria
Jerónimo Franco/membro da C.P.N.
António Machado/membro da C.P.N.

Lisboa
Afonso de Barros/membro da C. P. N.
Eduarda Dionísio/professora do ensino liceal
Augusto Mateus/membro da C.P.N.
Francisco Farrica/membro da C.P.N.
Luís Martins/membro da C.P.N.
Marcolino Abrantes/membro da C.P.N.
Santos Júnior/Operário metalúrgico
Ferreira Guedes/Empregado bancário
Eduardo Dionísio/Professor do ensino liceal
Vitor Barros/Operário Textil

Ponta Delgada
Eduardo Pontes/Empregado de escritório

Portalegre
Nuno Teotónio Pereira/Arquitecto

Porto
Jorge Stecht Ribeiro/Advogado
Alberto Martins/Consultor Jurídico
António Ramos Torres/Médico
Marcelo Correia Ribeiro/Funcionário administrativo
António Cêa/Assistente universitário
José Galamba de Oliveira

Santarém
Edilberto Moço/membro da C.P.N.
António Leal Lopes/Empregado das Caixas de Previdência

Setúbal
Vitor Wengorovius/membro da C.P.N.
Rogério de Jesus/membro da C.P.N.

Viana do Castelo
José Cândido Rodrigues/Professor do ensino técnico
Joaquim Silva Lopes/Empregado de escritório.

SITUAÇÃO DA MULHER

Em seguida falou a camarada Anabela que se referiu à situação e papel da mulher no actual momento político:

Camaradas:

Em primeiro lugar quero-vos dizer que às vezes nem sei por onde começar. Mas como a luta é de todos, e eu pertenço a esses todos, pois lutarei. Como vedes, sou mulher, e como mulher vos quero falar.

Vamos conversar um pouco da mulher portuguesa. A mulher portuguesa tem estado sempre marginalizada, mais no campo político.

Eu tenho por costume dizer que a mulher é num campo e o homem noutro; quando falo assim não quero dizer que a mulher tem de estar separada do homem, não, antes pelo contrário. Falo assim neste aspecto: há trabalhos que a mulher não pode fazer, que o homem faz, como há trabalhos que faz a mulher e o homem não faz. Observemos por exemplo quando há uma guerra, é sempre o homem que vai na frente, não quer dizer que a mulher também não saiba manejar uma metrelhadora, mas na luta justa pelo Socialismo a mulher tem um papel muito grande a realizar ao lado do homem. Porque é uma luta justa onde a mulher não pode ser dispensada nós as mulheres portuguesas nesta hora de liberdade não podemos estar separadas do homem, nem agora nem nunca. Tenho observado o Movimento Democrático Feminino que é só de mulheres. Daí que eu lhes chame racistas.

Que andam essas mulheres a fazer que nem sequer falam em Socialismo?

Que lutem ao lado do homem porque a luta é de todos!

Sabeis o que andam a fazer? Remendos em pano podre. **Daqui quero dizer a essas mulheres que o tempo da mulher ideal portuguesa terminou...** Sabeis quem era a mulher ideal portuguesa? Era aquela muito elegante muito «culta» (na classe dela), uma senhora «bem». Depois esta mulher era exportada para Itália, mas primeiro cá em Portugal fazia um concurso, e depois elegiam a «senhora bem» que nada fazia e que tinha uma ou duas empregadas domésticas.

A verdadeira mulher portuguesa é aquela que tem sido até hoje a escrava, a que trabalha no campo, nas fábricas, nas oficinas e não tem empregadas domésticas para lhe olhar pelos filhos e fazer trabalhos monótonos da casa. Aquela que tem de ajudar o marido e deixa os filhos mais das vezes tratados como calha.

CRISE DA BURGUESIA

A encerrar o Comício falou o camarada Galamba de Oliveira, da Organização Regional do Porto. Começou por afirmar:

Estamos a viver uma situação de crise generalizada que nos diz respeito a todos e que as diferentes forças políticas desejam resolver em favor dos seus interesses.

É grave a crise económica: perante a combatividade e a multiplicação e avanço das lutas dos trabalhadores, os capitalistas não investem, os capitalistas sabotam, os capitalistas despedem, os capitalistas fecham as fábricas, retiram as máquinas e fogem com as massas para o estrangeiro.

Cerca de 300 000 trabalhadores sofrem na carne a subida galopante do custo de vida, o desemprego, suportando dia após dia os efeitos da crise do capitalismo explorador e opressor.

É grave a crise política: apesar do aparato do Plano Económico que se apresenta como trégua em mar de revolta, o poder político mostra-se dividido e por vezes até contraditório, como demonstram a questão da **unicidade sindical** e, hoje, a questão da **institucionalização do M.F.A.**

O capitalismo está em crise mas ainda não está com os pés para a cova. Esta situação de meias tintas não vai durar eternamente. As opções e alternativas desenham-se como suficiente clareza.

A saída favorável aos interesses dos capitalistas e da burguesia é a **construção de um regime autoritário** com uma ou outra pincelada própria das democracias burguesas; é a confirmação da dominação da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, juntando os mecanismos tradicionais da conciliação de classes à certeza de uma repressão violenta.

Camaradas:

No momento em que a burguesia pretende aproveitar-se das eleições para recuperar algum do terreno perdido, no momento em que a burguesia se prepara para jogar ao ataque, vamos ficar de braços cruzados e jogar à defesa?

Sabemos o que queremos. Queremos resolver a coisa a nosso favor! Queremos construir o Socialismo pelas nossas próprias mãos! E para o fazermos, e para o conseguirmos temos que estar ao ataque e com mais força que os capitalistas. Temos de lutar em todos os terrenos contra a exploração. Temos que saber lutar e criar poder operário e popular.

Muito aplaudido pela multidão que enchia o Palácio de Cristal, Galamba de Oliveira afirmou mais adiante:

Para defender e manter a autonomia dos trabalhadores em relação ao capitalismo português:

— É necessário recusar o domínio do capitalismo internacional.

— É necessário que sejamos autosuficientes.

— É necessário construir uma nova sociedade com o esforço a imaginação e a criatividade dos assalariados e de todos os que vivem a condição da exploração no dia a dia.

Vamos construir colectivamente um projecto anti-imperialista para a sociedade portuguesa, **e rapidamente!**

Para isso camaradas:

— **Lutemos pela independência técnica.**

— **Lutemos pela independência comercial.**

— **Lutemos pela independência financeira.**

— **Lutemos pela independência política.**

Lutemos contra o monopólio: o único monopólio que existe em Portugal é o do dinheiro — controlo total sobre a banca, agora ainda privada.

Controlemos as industrias básicas, as minas, as importações, as industrias tecnologicamente avançadas.

Lutemos pela independência nacional!

Por isso uma das tarefas mais importantes do nosso tempo, senão a mais importante, consiste em **estimular tão largamente quanto possível a iniciativa espontânea dos operários, de todos os trabalhadores e explorados em geral, no seu trabalho fecundo de organização** — A luta pelo Socialismo começa desde já, sendo um processo em que os explorados têm de se apoderar das posições do inimigo, fazendo a aprendizagem do poder e impondo-se desde já como grupo social dirigente.

A terminar Galamba de Oliveira afirmou:

Neste momento a tarefa grandiosa a que todos os revolucionários metem ombros, a tarefa urgente da classe operária de todos os explorados e oprimidos é avançar com força, é avançar com garra, é organizar com energia, é unificar com ousadia, é lutar para derrubar do poleiro a burguesia, é lutar para varrer o capitalismo da nossa terra e criar poder operário e popular, para com a vontade dos nossos corações e com a fortaleza dos nossos punhos fechados contruir o Socialismo, e caminhar com determinação e alegria para o Comunismo.

Moção de apoio aos trabalhadores espanhóis

Perante a luta heróica que os povos da Catalunha, do País Basco, e da Galiza travam pela sua libertação nacional;

Perante a crescente e indomável luta do povo espanhol contra a ditadura;

Perante a luta dos trabalhadores de toda a Espanha contra a exploração capitalista;

A população presente no Comício do M.E.S., na cidade do Porto manifesta às organizações democráticas e revolucionárias que conduzem essas lutas a sua solidariedade internacionalista, na certeza de que o poder dos opressores e exploradores está ferido de morte, não tardando a ser derrubado.

Vivam as Lutas dos Povos de Espanha!

Viva a Luta Comum dos Trabalhadores Portugueses e Espanhóis!

Viva a Luta dos Explorados e Oprimidos de Todo o Mundo!

NO PORTO

Empregados administrativos

— uma posição especial

A posição dos empregados administrativos no processo de produção como trabalhadores não produtivos, isto é que não criam mais-valia, e relativamente privilegiados quer pelos seus salários quer pela natureza das suas tarefas, determina-lhes uma **situação de classes distinta do operariado e do campesinato**, com efeitos relevantes nos níveis político e ideológico, comparáveis aos da pequena-burguesia tradicional. Como fracção de classe entalada entre a burguesia, detentora dos meios de produção, e o operariado, tende a apresentar uma ideologia específica, caracterizado no essencial pela ambiguidade e pelo compromisso entre as ideologias burguesa e operária.

É, em consequência, terreno fértil para o oportunismo político, entendido como prática do colaboracionismo de classes, assim como, por parte dos seus elementos mais radicais, para o «esquerdismo infantil» e inconsequente. Os seus dirigentes estão sujeitos, muito mais acentuadamente do que os do operariado, à corrupção e à cumplicidade com o patronato, constituindo-se, com facilidade, em «aristocracias«.

Nas empresas em que os empregados administrativos coexistem com os operários, sobretudo quando estes são numericamente dominantes, as suas lutas poderão (e deverão quando consequentes) ser conduzidas de **forma subordinada**. Nestas condições, os interesses comuns de uma mesma exploração pelo patronato favorecem, em certos casos, a adesão dos empregados administrativos a formas correctas de luta e à solidariedade com os operários. Nas empresas de serviços onde predominam ou, mais frequentemente, apenas existem trabalhadores adminstrativos, os conflitos e os processos de os resolver são profundamente diferentes.

Essa diferença é, simultaneamente, visível nas reivindicações e nas formas de luta. Quanto às primeiras, concede-se com frequência uma importância, às reivindicações qualitativas não salariais que não é comum nas fábricas e que se explica pela situação de relativo privilégio dos empregados administrativos no seio das classes exploradas.

As formas de luta diferem, igualmente, das lutas operárias, pelo **carácter de colaboração** (o «bem comum» da empresa está muitas vezes presente), de «diálogo construtivo» entre os trabalhadores e patronato, que frequentemente revestem. O recurso à greve, admitida no entanto como legítima e justa desde que «esgotados todos os outros recursos», é menos frequente, até porque os efeitos duma greve nas empresas de serviços e a sua eficácia para paralisar a «produção», são em muitas destas empresas consideravelmente menores para o patronato, economicamente menos vulnerável, portanto, do que o industrial.

UM EXEMPLO CONCRETO: UMA EMPRESA DE SEGUROS

Na «OURIQUE» desenrolou-se um processo iniciado poucos dias após 25 de Abril, que passamos a descrever.

Trata-se de uma empresa com um volume de receita que representa apenas uma pequena fracção do sector de seguros; emprega cerca de duas centenas de trabalhadores e pode caracterizar-se como uma **empresa média**, visto que a concentração no mercado de seguros é, ainda hoje, relativamente fraca, embora se encontre nítida progressão.

Está ligada ao grupo B.P.A., o qual tem características muito particulares, que resultam a ser constituído por uma associação de vários grupos de interesses, oriundos quer da banca quer da indústria. A coesão entre estes grupos é fraca, tornando possível uma certa autonomia das empresas integradas, que dispõem de uma larga margem de manobra. No caso «OURIQUE», as suas ligações ao grupo têm sido tradicionalmente muito ténues

As relações trabalhadores-patronato têm sido mediadas por uma **administração paternalista e conciliadora**, e praticamente isentas de conflitos colectivos abertos. As hieraquias têm desempenhado um importante papel de amortecedor, recuperando as tensões e focalizando-as numa perspectiva individual. A rentabilidade da empresa e o seu crescimento, têm permitido praticar uma política salarial mais favorável do que a corrente nas outras companhias de seguros.

AS FASES DO PROCESSO

No processo que teve lugar podem distinguir-se quatro fases. A primeira, com a duração aproximada de 3 a 4 semanas, caracteriza-se por um elevado e generalizado espírito de **mobilização;** numa segunda fase, que se alongou por cerca de 2 meses, começaram a produzir efeito as **tentativas de recuperação** do movimento reivindicativo; uma vez consumada a recuperação, o processo entra numa **fase burocrática**, a qual só começa a ser ultrapassada no fim de Novembro.

DE INÍCIO

No princípio de Maio, e como resultado indirecto do clima geral, surge **expontaneamente** o movimento reivindicativo, generalizado a todos os trabalhadores, incluindo por efeito de arraste os menos politizados.

As assembleias de trabalhadores apresentavam então elevados índices de participação; falava-se, muitas vezes, na greve, caso falhassem ou outros meios de pressão sobre o patronato.

O caderno aprovado nas primeiras assembleias continha, além de **aumentos de salários**, reivindicações tais como: **saneamento** de personalidades comprometidas com o regime fascista (Gonçalves Proença, antigo ministro); **constituição de uma comissão de trabalhadores** p fiscalização da gerência da empresa em face dos princípios do programa do MFA.

São eleitos delegados com o fim de contactarem a administração. Esta, colhida de surpresa, cede rapidamente a todas as reivindicações, argumentando, porém, quanto àquela última, que a sua adesão ao programa do MFA tornava destituída de finalidade a comissão de fiscalização. Apela para os chefes menos desacreditados no sentido de, como trabalhadores «responsáveis», «esclarecerem» e «colaborarem» com os seus camaradas.

A palavra **co-gestão** surge e encontra algum eco nas assembleias no entanto, o movimento continua ainda não controlado, e surge a ideia de ampliar os poderes da comissão de fiscalização. Como forma de o fazer, estabelecem-se os princípios de um acordo segundo o qual representantes dos trabalhadores e da administração constituiriam uma comissão com funções de tal forma extensivas que compreendiam, praticamente, toda a gestão da empresa. Os representantes dos trabalhadores teriam o poder de **vetar** certos actos, nomeadamente os relativos ao pessoal (admissões, salários, despedimentos, etc.).

A SEGUNDA FASE: RECUPERAÇÃO

Em princípios de Junho, o movimento ascensional das massas trabalhadoras perdia, momentaneamente, velocidade; a direita reorganizava-se cada vez mais descaradamente; no Governo Provisório percebiam-se as primeiras manobras spinolistas; os partidos da coligação injectavam doses maciças de tranquilizantes na classe operária.

O processo de luta na «OURIQUE» ressente-se também com a conjuntura política.

É extremamente significativo dessa desmobilização o facto de, enquanto poucos meses antes uma greve parcial de apoio a negociações sindicais tinha tido, apesar da ilegalidade, a adesão quase total dos trabalhadores, nos fins desta fase uma outra greve de solidariedade se tenha saldado por um insucesso completo.

A FASE BUROCRÁTICA

Finda a fase anterior, e acordadas as bases do funcionamento da comissão, entra-se na fase burocrática cujos traços principais são: **recuperação acabada da luta;** início do funcionamento da comissão e acentuar da **tendência**, sempre presente de forma camuflada, **para a co-gestão.**

Nestas condições, os trabalhadores da «OURIQUE», viram-se colocados perante a alternativa de assistir impotentes à sua própria instrumentalização, através dos seus representantes, ou de impôr uma viragem decisiva. Viragem que, equivalente ao começo de um novo processo, teria de consistir na reformulação completo do processo já terminado e numa vigilância constantes para **evitar as ilusões da co-gestão.**

A FASE ACTUAL

Nos fins de Outubro, foram eleitos novos representantes dos trabalhadores, depois de uma tentativa oportunista para conseguir a eleição de elementos que anteriormente não tinham tido qualquer participação.

Simultaneamente, foram eleitos delegados de secção que asseguram uma ligação permanente entre a comissão e os trabalhadores, já em si bastante estreita devido à realização muito frequente de plenários. Criaram-se, também grupos de trabalho com o fim de debater problemas específicos e apresentar propostas. Toda esta estrutura democrática **revigorou o processo** e inverteu a tendência para a co-gestão.

O saneamento estendeu-se a mais dois administradores, representantes do grande capital, que se encontravam ausentes no estrangeiro, um deles desde **fins de Abril** e outros desde **princípios de Outubro**. Surgem, também outras reivindicações avançadas, tal como a conquista de horários especiais e dias de estudo para os trabalhadores estudantes.

Aparece, agora claramente o papel profundamente desmobilizador dos chefes que assumindo **posições descaradamente oportunistas**, tentam assustar os trabalhadores com o espantalho da falência da empresa provocada por represálias por parte dos administradores saneados. **O fraco grau de consciência de classe** duma parte dos trabalhadores torna-os presa fácil deste tipo de palavreado, que, não obstante, acaba por ser desmascarado.

A administração toma **atitudes cautelosas**, pretendendo com o «precioso» auxílio de alguns lacaios **recuperar novamente** o processo, em vez de o atacar frontalmente. Ao mesmo tempo, procede a manobras tácticas evitando a possível confrontação através de «oportunas» demissões e substituições dos administradores visados pelo saneamento.

Até onde poderá conduzir este processo é impossível saber, dependendo dos avanços e recúos das lutas dos trabalhadores em geral, mas é certo que, por isso mesmo, os seus limites só podem ser rompidos ultrapassando o quadro estreito da empresa.

moção aprovada em plenário

. Considerando que a existência do seguro privado de acidentes de trabalho significa a apropriação pela burguesia financeira de uma fracção da mais-valia produzida pelas classes trabalhadoras.

Considerando que, nestas condições, a exploração do seguro de acidentes de trabalho não tem outro fim que não seja a procura do lucro máximo, o que necessariamente, só poderá ser feito à custa dos justos interesses dos sinistrados e dos trabalhadores em geral.

Considerando o controlo que a burguesia financeira exerce sobre muitas empresas de vários sectores, através da posse nas mãos das companhias de seguros de uma enorme massa de acções, posse que resulta, em grande parte da aplicação das reservas técnicas.

Considerando as ligações muito estreitas entre os seguros e a banca, de tal forma que a eficácia de qualquer acção dirigida apenas ao primeiro sector é, necessariamente, muito reduzida.

Considerando que a nacionalização da banca e dos seguros é uma etapa na luta pelo socialismo, visto que, ao quebrar a espinha do capital financeiro, significa um avanço nesse sentido.

Considerando que a nacionalização com o pagamento de indemnizações ao patronato significa uma dupla exploração dos trabalhadores.

Consideran

ao patronato significaria uma dupla exploração dos trabalhadores.

Considerando, finalmente, que uma nacionalização que consistisse, apenas, em substituir a omnipotência do patrão privado pela do patrão Estado capitalista pouco significado teria para os trabalhadores.

Entendem os trabalhadores da Companhia de Seguros Ourique reunidos em Assembleia.

1) Que a integração do seguro de acidentes de trabalho no sistema de segurança social tem de se enquadrar no âmbito da nacionalização dos seguros e da banca;

2) Que esta nacionalização terá de consistir na expropriação sem qualquer indemnização;

3) Que a nacionalização e a gestão das companhias de seguros e dos bancos terá de se efectuar sob controlo e fiscalização dos trabalhadores, directamente e através das suas comissões representativas;

4) Que estes objectivos constituem apenas uma etapa na luta dos trabalhadores pela tomada do poder político e económico, condição necessária para a construção do socialismo.

Resolvem, também:

1) Lutar pelos meios ao seu alcance para a realização daqueles objectivos;

2) Lutar, particularmente, contra o despedimento ou a transferência dos seus camaradas do Ramo de Acidentes de Trabalho;

3) Apelar para a solidariedade de todos os explorados;

4) Divulgar esta moção pelos órgãos de Informação e pelos trabalhadores de seguros (em geral).

— Aprovado por maioria (com três abstenções e nenhum contra)

por um ensino ao serviço dos trabalhadores

O POVO QUER O LICEU

O povo do concelho de Proença-a-Nova quer o liceu.

O povo do concelho de Proença-a-Nova quer que os seus filhos possam estudar do 1.º ao 7.º ano.

O povo do concelho de Proença-a-Nova não quer continuar a ter de pagar 650$00 por mês, para que os seus filhos possam tirar o 5.º ano.

O povo do concelho de Proença-a-Nova quer que os seus filhos não sejam obrigados a ir para Castelo Branco para poderem tirar o 6.º e 7.º anos.

E o povo do concelho de Proença-a-Nova quer tudo isto porque a isso tem todo o DIREITO.

Mas há quem não esteja de acordo com isto. E porquê?

os tachos...

Porque havia alguém que estava habituado a receber em casa muitos cabritos, presuntos e alcofas cheias.

Porque havia alguém que participava nos banquetes em que eram comidos os cabritos, presuntos e galinhas que o povo levava a casa do tal senhor.

Porque havia alguém que recebia os 650$00 que o povo pagava por mês para que os seus filhos pudessem tirar o 5.º ano.

Porque havia alguém que tinha e por enquanto continua ainda a ter tachos de 9 e 10 contos por mês por dar 30 ou 32 horas de aulas por semana.

foi o povo quem construiu o edificio

Mas, como tudo isto está a chegar ao fim como reagem estes senhores? Organizando uma campanha de boatos, calúnias e ameaças que espalham aos sete ventos, contra o M. F. A., a Comissão de Gestão do Liceu e as pessoas que cheias de boa-vontade procuram defender os interesses do povo.

Quanto à situação actual no Liceu Nacional de Proença-a-Nova muita mentira esses senhores têm espalhado.

Dizem, esses senhores, que o edifício foi roubado à Diocese.

Mas afinal quem é que construiu esse edifício?

Esses senhores sabem que foi o povo, mas andam a dizer que o povo só deu 300 contos, e que a Diocese deu 3000, apesar de saberem perfeitamente que o bispo de Portalegre disse ao sr. vigário, no fim do banquete com que esses senhores terminaram a festa do lançamento e bênção da primeira pedra do Colégio:

«— Padre Alfredo, Nossa Senhora de Fátima não faz tudo. É preciso pedir, pedir e pedir outra vez». **Mas a quem é que se pediu? Esses senhores «esquecem-se», agora, que nessa altura já havia povo.**

Mas, «esquecem-se» também que o sr. Vigário informou o bispo de Portalegre em carta de 12 de Março de 1968 que até à altura em que foi «corrido» de director do Colégio, e nessa altura já o Colégio estava totalmente construído, não sacrificou à Diocese qualquer dinheiro dos seus cofres, antes pelo contrário, foram os paroquianos da paróquia de Proença-a-Nova, residentes dentro e fora dela, que com todos os sacrifícios contribuiram com o dinheiro necessário para a construção da obra, a tal ponto que quando a obra foi acabada ainda existiam 100 contos que foram confiados à Diocese.

É esta a verdade nua e crua! E não são esses senhores boateiros e mentirosos que viram a verdade do avesso.

Espalham também esses senhores o boato de que no Liceu Nacional de Proença-a-Nova anda tudo na pouca vergonha e que aquilo é uma bandalheira, que os alunos não vão às aulas, etc., etc.

Ora isto é absolutamente falso e é preciso que todas as pessoas o saibam. Reconhecemos que têm havido algumas falhas apesar dos esforços das pessoas que dirigem o Liceu.

de quem é a culpa ?

Mas afinal de quem é a culpa de os alunos não terem tido todas as aulas?

Se informarmos o povo de que alguns professores faltam às aulas durante dias inteiros por motivos sem sentido e puramente pessoais, como por exemplo ainda ontem aconteceu quando 3 professores, só para se despedirem da antiga professora de inglês que preferiu ir-se embora a colaborar connosco na luta pela criação do Liceu, faltaram às aulas durante todo o dia. Fizeram assim com que muitos alunos que deveriam ter tido 4, 5 ou 6 aulas, durante o dia, só tivessem uma ou duas, sendo impossível que os alunos ficassem durante horas e horas seguidas nas aulas sem professor.

E, de novo, voltamos a perguntar: de quem é a culpa de os alunos não terem tido todas as aulas?

É fácil de responder.

Dos professores que não colaboram e não estão interessados no normal funcionamento do Liceu.

Dos caciques fascistas que lançam boatos, mentiras e calúnias contra a actual situação e as pessoas que a eles estão directamente ligados.

Do clero reaccionário que não quer perder posições de chefia para melhor poder manipular o povo.

Enfim, dos senhores que querem o regresso ao 24 de Abril.

Na luta pela criação do Liceu em Proença-a-Nova. O Povo vencerá.

A COMISSÃO DE GESTÃO DO LICEU

C.BRANCO

Centro de Alfabetização

As 47 pessoas que desde Outubro passado trabalham no Centro de Alfabetização de Castelo Branco, escola verdadeiramente do povo, depois de trabalho árduo para conseguirem conquistar a cultura e instrução que o governo fascista através das suas declaradas intenções de manter o povo num analfabetismo que só um governo inqualificável benificiava, vêem agora, quando já preparadas para atingir o exame da quarta classe, que afinal nem tudo mudou neste País depois de 25 de Abril.

Assim verificam, com tristeza, que para se fazer o dito exame, é necessário para além de outras despesas um selo fiscal de 250$00.

As pessoas para as quais esta quantia representa um pesado encargo para a sua vida familiar, já que na maioria os seus ordenados são o mínimo nacional e até em alguns casos ainda inferior, sentem esta exigência como um autêntico atropelo às intenções primeiras do M.F.A. que, no seu programa, declara pretender melhorar as condições para que os trabalhadores consigam, para além do trabalho, conquistar a cultura e a instrução a que têm direito.

Perguntámos: os professores que farão estes exames necessitam do dinheiro dos trabalhadores para lhes pagarem o seu serviço? Sabemos que não. Na verdade, aqueles que se deslocam de outras localidades para executarem tais funções têm ajudas de custo.

exigências

Então, como se justifica tal exigência? Será que os trabalhadores para além de lutarem por um Ensino a que desde há muito têm direito, terão ainda que pagar por aquilo que lhes negaram?

não pagaremos !

O M.E.C. (Ministério de Educação e Cultura), a Direcção-Geral de Educação Permanente, as Direcções Escolares e certos professores, não serão eles os verdadeiros devedores, para com os trabalhadores?

Queremos um Ensino democrático! E por isso, exigimos a imediata abolição de todos os pagamentos inerentes a exames de adultos. Das duas uma: ou os trabalhadores são respeitados, ou não. E se não o forem, não há, nem poderá haver nunca democracia.

NÚCLO DO M.E.S. DE CASTELO BRANCO

Belmonte: nacionalização do colégio

O colégio de Belmonte funciona num edificio que dadas as condições miseráveis dosedificios do ensino particular, reunia o mínimo de condições satisfatórias para o cumprimento da sua função.

Esse edificio, é propriedade dum importante «cacique» de Bemonte, e como o alvará de ensino está passado em nome de outro sócio, dado que se desentederam os sócios o colégio passou a funcionar a partir de 73/74, em instalações improvisadas enquanto era encerrado o referido edifício, que por ter sido especificamente construido para o efeito de «exploração do ensino» satisfaz muito melhor as necessidades e anseios dos estudantes

Um camarada, instrutor de ginástica na localidade denunciou num relatório ao ENDO, a inutilidade das instalações desportivas encerradas em evidente contradição com as carências, cuja existência todos conhecemos e tornou também pública essa contradição na sessão de esclarecimento do M. F. A. em Belmonte.

O escândalo de tal situação os prejuízos materiais que magoam a «sensibilidade» do proprietário, e ainda o receio que este tem da ilegalização do encerramento, levaram o «cacique» capitalista, de conivência com alguns reaccionários ex-professores do colégio a tentarem manobrar os estudantes, no sentido do seu regresso ao antigo colégio, para aproveitando oportunisticamente a circunstância, forçarem a sua legalização e assim retomarem a exploração do ensino em seu benefício.

Os estudantes, no entanto, aperceberam-se da manobra e ocuparam as instalações negando a entrada a todas as pessoas estranhas à sua vida escolar até à resolução em seu verdadeiro benefício, do litígio a que são necessáriamente estranhos.

Contra as forças e as manobras do capital, o esclarecimento e a determinação dos estudantes e da população que com eles se solidarizou.

O núcleo da Covilhã do M. E. S. apoia e alia-se à luta dos estudantes na criação de contra poderes, capazes de destroçar mais uma das manobras reaccionárias do capital.

Pela oficialização e nacionalização do colégio.

AÇORES que futuro?

Recentemente e durante oito dias dois militantes do M. E. S. visitaram três ilhas do Arquipélago dos Açores — Terceira, S. Miguel e Santa Maria. Do que foi a sua viagem de trabalho, do que disseram, viram e ouviram daremos conta no nosso jornal a partir deste número. Tratou-se de mais uma jornada de trabalho entre militantes que dentro da mesma organização — lá e aqui — lutam pelos mesmos objectivos. A partir do trabalho que vimos desenvolvendo nestas três ilhas procuraremos atingir as restantes seis que completam o conjunto do Arquipélago. Temos desenvolvido a nossa implantação essencialmente no seio da classe operária e dos camponeses pobres. Por intermédio do Rádio Club de Angra, do Emissor Regional da Emissora Nacional em Ponta Delgada e no Club Asas do Atlântico em Santa Maria, expressamos os nossos pontos de vista em entrevistas e mesas redondas escutadas em todo o Arquipélago e que cobriram os mais importantes problemas com que se debate a classe trabalhadora na sua luta pelo socialismo. Hoje, trataremos da presença estrangeira no Arquipélago, um dos espinhos cravados no povo português pelo fascismo e capitalismo nacional e internacional. Por exemplo e sobre a questão da presença americana na Base das Lajes na Ilha Terceira, referiremos a posição dos P. S. P., P. P. D., P. C. P., C. D. S., P. P. M. e M. D. P./C. D. E. a partir da resposta a um inquérito publicado no n.º 4 da revista POPULUS — revista que se publica em Lisboa e se dedica aos problemas Açoreanos. Tais posições denotam uma característica comum: evitar atacar a batata quente que é a presença de Portugal na NATO e a consequente dependência do imperialismo americano.

«Que pensa o partido da permanência dos americanos na Base das Lajes.»

Partido Socialista Português — Trata-se de um problema fundamentalmente político, mas que pode ser observado sob o ponto de vista económico. O programa do M. F. A. diz que temos de manter as alianças existentes e, por outro lado, mesmo que quisessemos, não teríamos força para os mandar embora. Fica-nos, no entanto, o aproveitamento económico da sua permanência: os americanos terão de pagar pelas instalações utilizadas. Isso terá de ser negociado com vantagens, de modo a beneficiar, as estruturas económico-sociais do povo açoriano.

Partido Popular Democrático — Neste momento estão a decorrer as negociações sobre a utilização da Base. O programa do Movimento das Forças Armadas estipula a fidelidade aos compromissos assumidos e, presentemente é esse o Programa que serve os interesses de Portugal. A tudo isso posso apenas acrescentar que, se for o P. P. D. a ganhar as eleições, a nossa politicaserá baseada no sentido de contribuirmos para o desanuviamento e desarmamento mundiais.

Partido Comunista Português — O Partido tem uma posição conhecida quanto à existência de bases militares estrangeiras em território nacional. E, por conseguinte, também o caso das Lajes.

Consideramos, no entanto, embora se siga a situação com cuidado, que não é um problema que imponha resolução imediata. Pensamos que ele deve ser resolvido no quadro geral de novos passos concretos a dar a via de segurança europeia.

Partido do Centro Democrático Social — Encaramos a Base das Lajes como uma base da N. A. T. O. e não como uma base exclusivamente americana. Nesse sentido, a nossa posição está relacionada com o facto de o Partido aderir à vinculaçãode Portugal à N. A. T. O., enquanto persistir o Pacto de Varsóvia.

Partido Popular Monárquico — Neste momento, para a economia do País, talvez seja conveniente eles lá ficarem por mais algum tempo. No entanto, compete ao Governo negociar essa cedência, em moldes verdadeiramente rentáveis para Portugal, ressalvando sempre o património moral, espiritual e cultural da população açoriana.

M. D.P./C. D. E. — Somos pela independência nacional e por que se ponha termo à submissão do País aos manejos e interesses do imperialismo. O M. D. P. luta pela instauração de um Estado amplamente democrático, que assegurará esses princípios e avançará para uma efectiva política externa, independente e de cooperação com os povos de todo o mundo. No conjunto das tarefas nacionais, no conjunto dos grandes problemas a que urge dar resposta, no conjunto das grandes directivas de acção do Governo e acção das massas, não pode figurar, quanto a nós, neste momento, a questão das bases estrangeiras. É preciso ter os pés assentes na terra e não travar batalhas antes do tempo, ou em más condições.

O programa do M. F. A. implica o cumprimento e o respeito dos tratados assumidos, e pensamos que, a respeito da base das Lajes o que se torna para já necessário é assegurar que antes de uma decisão do Povo Português sobre o assunto, não se deverão firmar compromissos muito longos, para os não termos de sustentar contra-vontade.

Quanto a nós não seria necessário, nem benéfico para o País hostilizar desnecessariamente o imperialismo, colocando o problema da base das Lajes frente a todos os outros imensos problemas do País.»

Muito se tem falado sobre os benefícios económicos, resultantes da renda paga pelos americanos pela utilização da Base, mas que o diga o povo da Terceira ou o povo Açoreano que nunca foi consultado para nada. Garantam-se empregos aos trabalhadores das instalações militares e às suas famílias e reconverta-se a sua utilização.

Do Programa Político do M. E. S.:

«Em Portugal, portanto, lutar por objectivos anti-imperialistas é também lutar por objectivos anticapitalistas, pois, na situação actual, isso implica claramente atacar o próprio poder da burguesia nacional e uma perspectiva socialista.

Assim, o M. E. S. entende como um dos seus aspectos mais importantes de actuação a mobilização popular no combate ao imperialismo e às várias facetas que utiliza;

— Contra a presença de Portugal na NATO e contra a presença da NATO em Portugal;

— Pela efectivação de campanhas contra a existência de bases militares estrangeiras em Portugal;

— Pela vigilância popular em relação à acção da CIA e Portugal;

— Pela denúncia das consequências para os trabalhadores portugueses da integração de Portugal no Mercado Comum Europeu.»

Lista de algumas, conhecidas, instalações militares em quatro ilhas do Arquipélago dos Açores:

SANTA MARIA

1. Polígono de Acústica Submarina — serve para detectar tudo o que se passa no fundo do Oceano;
2. Estação LORAM — integrada na NATO;
3. Instalações do Pico do Alto — ponto mais alto da Ilha, vedado ao público, parecendo desabitado mas com aparelhagem técnica modernissima;
4. Montagem já concretizada de Sistemas de Bóias Oceanográficas, ditas de «Meteorologia».

São Miguel

5. Depósitos POLNATO em Ponta Delgada;
6. No cais do porto de Ponta Delgada há uma parte para acostagem de navios da NATO;
7. Centro de Comunicações NATO ligando os quartéis-generais da NATO aos Estados Unidos da América do Norte.

Terceira

8. Base Aérea das Lajes;
9. Porto da Praia da Vitória que será provavelmente beneficiado pelos Estados Unidos da América do Norte, para maior amplitude de operações.

Flores

10. Estação Telemedida Francesa — para ensaio de misseis franceses;
11. Pista para aviões construída pelos franceses;
12. Próxima instalação de uma Estação de Escuta, tipo Polígono de Santa Maria, pela NATO.

O Povo Açoriano é pois um povo espiado na sua própria terra.

Os Açores têm sido um dos locais preferidos pela CIA e toda a espécie de Mafias para vigiar a Europa e o Mundo.

(Continua no próximo número)

Esclarecimento devido

No esforço de contribuir para tornar públicas as lutas dos trabalhadores corre o nosso jornal, como outros que se esforcem no mesmo sentido, ainda que com diversosconteúdospolíticos,o risco de transcrever afirmações, seja extraídas doutros textos seja por entrevista, que afinal se prove não merecerem confiança. Por isso há que encarar, ao mesmo tempo com naturalidade e seriedade os esclarecimentos necessários. Eis o que fazemos no presente caso.

1. A páginas 5, do número seis, de 20 de Novembro de 1974, com o título «Sobre os Sindicatos» e tendo como título genérico «O Poder Operário» publicou a «Esquerda Socialista» numa entrevista com o sr. Leopoldo Farinha, presidente do Sindicato dos Contínuos e Porteiros, a «... propósito dos problemas que mais se fazem sentir naquele sector profissional...»

Dada a gravidade das calúnias levantadas nessa entrevista contra os três dirigentes daquele Sindicato, sugnatários da presente carta, os mesmos remeteram à «Esquerda Socialista», com o pedido de publicação, que teve lugar nas vossas colunas a páginas dois do número oito, de 4 de Dezembro de 1974, uma carta em que se exigia que o sr. Leopoldo Farinha esclarecesse concretamente a quem se referia nas alusões caluniosas que levantava.

2. O sr. Leopoldo Farinha até hoje não responder à nossa carta de 25 de Novembro acima reproduzida...!

Entretanto, vão decorridos três meses...

3. Diz aquele Senhor aguardar «... confirmação oficial das fortes suspeitas que temos de ter sido informador da P.I.D.E....» de um «... dos tais elementos da Direcção...»

Pela forma propositadamente inábil como o sr. Leopoldo Farinha denuncia publicamente o signatário Hortêncio Ferreira Rodrigues (porque nem é mulher, nem é jovem) de ser a pessoa sobre quem recaem as «fortes suspeitas de ter sido informador da P.I.D.E.» e dada a demora do sr. Leopoldo Farinha em esclarecer esta grave acusação, inserimos uma fotocópia da Declaração passada pela Comissão de Extinção da D.G.S./L. P. sobre o assunto e cuja publicação textual solicitamos para completo esclarecimento dos leitores desse Jornal que têm o direito a sobre o assunto serem devidamente e honestamente informados e, ainda, na leve mas já impossível tentativa de recuperação da boa fama deste trabalhador que tão injustamente foi publicamente difamado.

Embora reputemos de grave que um Jornal como o vosso, que tão fortes responsabilidades pretende ter junto dos trabalhadores, dê acolhimento a tão graves acusações, sem cuidar de se certificar da sua veracidade, no que à «Esquerda Socialista» diz respeito, damos o assunto por encerrado.

Relativamente ao sr. Leopoldo Farinha, este talvez venha a aprender no banco dos réus a moderar o seu verbalismo barato.

4. Passamos por cima das confusas concepções sindicais do sr. Leopoldo Farinha porque, certamente, os leitores esclarecidos — e, sobretudo, os trabalhadores — facilmente se aperceberam que aquele sr., pelo menos no campo sindical, navega no mar da confusão, nomeadamente quanto a verticalismo e horizontalismo sindical.

5. Não podemos deixar contudo em branco o que já não é fruto de concepções sindicais, tal como o que se refere ao nosso não apoio à integração dos Porteiros dos prédios particulares ou à saída das Serventes de Limpeza e dos Contínuos do nosso Sindicato, para outros, afirmações completamente falsas e que bem sabe não poder provar.

6. O sr. Leopoldo Farinha parece não querer dizer qual das quatro pessoas (os signatários e «... o cabecilha da Comissão saneada e que trabalha na RTP....») procedeu ao «arrombamento de gavetas em consequência do que desapareceram documentos de despesa...»

Ainda não esclareceu isto e, também, não respondeu aos restantes pedidos de esclarecimento.

Não respondeu, mas caluniou!

Porque não responde?

Quem está seguro da verdade do que diz não deve ter o receio de apresentar provas das afirmações feitas.

Quem mente publicamente, tem o dever moral de se retratar.

Esta, não é a prática da moral burguesa, mas terá que ser a prática da moral revolucionária.

Por coerência, repugna-nos aceitar serem os tribunais o local de esclarecimento desta questão. Porém, se o sr. Leopoldo Farinha se recusar a reconhecer, por escrito, que mentiu, de forma que possa ser publicado nas colunas do vosso jornal, local que deu guarida às mentiras em questão, à falta de processos revolucionários adequados entregaremos o assunto à Polícia Judiciária.

7. Juridicamente, quem tem de provar a acusação feita é o sr. Leopoldo Farinha, pois estamos na posição de acusados e ofendidos.

Aqui lhe deixamos o repto para provar, por factos e documentos, as graves e caluniosas acusações feitas.

Se o não fizer, reservamo-nos de oportunamente pedir à «Esquerda Socialista» para, no caso de recurso aos tribunais, darem publicidade à acta do julgamento.

8. Porque sob a capa de intenções inconfessáveis se está a tornar hábito a prática de difamar pessoalmente dirigentes e militantes sindicais (nomeadamente, militantes do M.E.S., consideramos dever chamar a atenção do jornal «Esquerda Socialista» para que não colabore, também, neste tão nefasto tipo de actuações que só contribui para a desorientação e desunião.

Carlos Manuel Alves Trindade, Hortênsio Ferreira Rodrigues, Maria das Dores Lopes.

"PLANO ECONÓMICO" (I)

gerir o capitalismo à custa dos trabalhadores

O programa de política económica e social do Governo Provisório recentemente publicado representa um passo que, juntamente com as eleições burguesas para a Constituinte, pode contribuir decisivamente para a recuperação, política e económica, pela burguesia, das posições perdidas.

Considerando fundamental a crítica a este «Plano Económico» que pode muito bem transformar-se num instrumento ao serviço da reconversão capitalista da economia portuguesa — o M. E. S. desde o início alertou os trabalhadores para o que poderia representar este «Plano Económico» e desenvolveu acções concretas na defesa de medidas concretas de resolução dos troblemas mais imediatos dos trabalhadores e de efectivo ataque ao poder do capital — iniciamos, neste número, a publicação de uma série de artigos sobre o mesmo.

Acerca da versão original do Plano, que posteriormente, sofreu algumas alterações, elaborámos, a pedido do Governo Provisório, um documento de que transcrevemos a seguir os pontos fundamentais.

As opções do plano

Ao apreciarmos a proposta global subjacente ao «programa» não podemos deixar de notar uma certa contradição interna entre os pressupostos políticos e objectivos a atingir, na medida em que alguma esperança aberta pelos dois primeiros capítulos, é completamente ludibriada pelos restantes, que são os decisivos. Quer dizer, o «Programa» acaba por propor e pressupor a opção que neste momento melhor serve os interesses da burguesia dominante e assim adopta, não um plano de transformação de uma sociedade, que é imperioso modificar, mas um projecto de gestão do capitalismo em Portugal.

Tal opção caracterizar-se-ia, no aspecto político, pela implantação de um regime autoritário de fachada democrática, para o que a realização das próximas eleições viria a ser uma peça importante.

No aspecto económico esta opção caracterizar-se-ia pela reconversão da economia portuguesa feita à custa dos trabalhadores articulada com dois outros fenómenos fundamentais: por um lado uma aceleração da concentração do capital e do poder económico nas mãos dos grupos financeiros e do Estado (Estado igual a novo grupo económico) e, simultaneamente, a um aumento da dependência externa.

No aspecto militar que é, nas actuais circunstâncias extremamente político, esta opção pode implicar a curto ou a médio prazo, a desarticulação e enfraquecimento progressivo do M. F. A. pela sua dissolução na hierarquia, o que podemos chamar como «normalização» das F. A.

Muitas das propostas e aspectos que contêm não são aplicáveis à realidade portuguesa; sê-lo-iam sim num país (uma democracia à europeia, nórdica, talvez?) onde tivessem sido já institucionalizadas, num processo histórico longo de formação do capitalismo concorrencial, os instrumentos de mediação da luta de classes: eleições, sufrágio universal, parlamentos, vida sindical e partidária tendo-se já constituído em parte do «poder» burguês, etc.

Por outro lado o «Programa» parece esquecer que a economia portuguesa está inserida num mercado mundial onde dominam as leis capitalistas do mercado pelo que, as suas afirmações de independência económica não poderão passar de uma declaração de boas intenções desenvolvimentistas que a inserção no sistema imperialista não permite concretizar. Só numa ruptura que signifique uma não submissão a essas leis capitalistas pode permitir atingir alguns dos objectivos formulados.

Este «Programa» não é, assim, no nosso entender, mais do que um programa de gestão capitalista e de modernização da economia capitalista.

Medidas concretas de ataque ao poder económico

Entendendo que o que está em causa é a tomada de um conjunto de medidas concretas de resposta às questões essenciais que se põem às classes trabalhadoras, entendemos que tais medidas deverão, na fase actual, nortear-se pelas seguintes premissas:

a) o poder económico não se controla, mas ataca-se pelo desmantelamento efectivo dos pontos essenciais de apoio;

b) os despedimentos e a inflação não se atenuam e combatem, mantendo e incentivando aquilo que o gera: a base económica capitalista da sociedade portuguesa;

c) o défice da balança de pagamentos não se reduz sem combater a dependência externa que é a sua origem e sem criar um novo sistema de relações económicas internacionais;

d) as conquistas do 25 de Abril e do 28 de Setembro não se consolidam mantendo intacta a base económica do fascismo, nem tentando instaurar um regime de democracia burguesa formal;

e) na actual fase a garantia da continuação do processo aberto pelo 25 de Abril e qualitativamente modificado no 28 de Setembro encontra-se no reforço da iniciativa popular articulada com medidas concretas, económicas e políticas, tomadas pelo M. F. A. e executadas pelo Governo Provisório, que combatam a crise económica em curso;

f) o controlo dos trabalhadores sobre o Estado, faz-se através da sua organização, da construção de efectivos contrapoderes nos locais de trabalho e de vida, e da construção de uma alternativa política global à actual sociedade; neste sentido deve entender-se a nacionalização não como simples tomada de capital pelo Estado, onde a luta de classes se dilui, mas como locais privilegiados onde novas formas de poder operário tomariam expressão;

g) a adopção de «medidas socializantes» não se confunde com o apoio estatal à acumulação privada de capital, mas sim com a necessidade de a economia se encontrar voltada para a resposta às necessidades colectivas fundamentais do Povo Português;

h) um regime de democracia burguesa formal em Portugal, só transitoriamente é possível: ou tomba inevitavelmente num autoritarismo de fachada democrática ou permite o aprofundamento das contradições sociais de molde a permitir um período transitório para o socialismo.

Reconstrução nacional ?

Assim entendemos que não se trata, neste momento, de reconstrução nacional, mas de trabalhar na edificação de uma nova sociedade. Para que o processo de democratização e de descolonização abertos pelo M. F. A. no 25 de Abril seja levado até às suas últimas consequências trata-se de transformar política, económica, cultural e socialmente este País e não reconstruir o que quer que seja, seja reconstruir o poder económico da burguesia (afectado pela descolonização e pelos aumentos salariais), o seu poder político, o seu domínio ideológico e cultural. Reconstruir significará sempre encontrar novas formas de dominação e de exploração dos trabalhadores e do Povo Português. O processo aberto pelo 25 de Abril e continuado pelo 28 de Setembro tem de ser feito vontra os que serviram e, sobretudo, os que se serviram do fascismo. Isto é, tem de ser feito contra todos os que se opõem a uma economia voltada para o mercado interno e para a satisfação das necessidades colectivas fundamentais, a uma economia que sustente uma permanente melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses a uma economia que diminua o grau de dependência externa. Tem de ser feito contra todos os que se opõem à liberdade de discussão, organização, reunião dos trabalhadores. Tem de ser feito contra os detentores do capital financeiro e do grande capital industrial, dos latifundiários e grandes capitalistas agrários, contra todos os capitalistas (pequenos, médios ou grandes) que sabotem a economia e contra todos aqueles que através de organizações ou nas Forças Armadas representem aqueles interesses.

Só quando mostrar clara e inequivocamente através de medidas concretas, económicas e políticas, que está contra aqueles e ao lado dos trabalhadores, o Governo Provisório pode pedir a confiança do Povo Português. Antes disso será uma mera aposta que poucos se mostrarão interessados em fazer, e que com o desenrolar da crise económica ainda ficarão mais reduzidos.

A estratégia antimonopolista, ao contrário do que é exposto no «Programa de Política Económica-Social», não consiste no controlo e orientação do poder económico, mas no ataque ao poder económico, na sua desarticulação pois já se viu que os seus detentores não estão interessados no processo político em curso, nem é possível resolver os problemas fundamentais da economia portuguesa, mantendo o actual poder económico pois é das características deste poder económico que deriva a actual crise. Mais do que atacar aqueles que serviram o fascismo, trata-se de atacar os que se serviram do fascismo, nomeadamente o capital financeiro.

Este Programa resulta de um longo e profundo debate político realizado no seio da nossa organização, e representa a síntese política da experiência adquirida, por um vasto conjunto de militantes, em todas as frentes da luta anticapitalista, da luta dos trabalhadores.

O Programa que se apresenta não constitui um conjunto acabado de preceitos rígidos e dogmáticos, mas um instrumento de luta ajustado à fase actual da confrontação de classes, destinando-se a contribuir para impulsionar e unificar a luta das classes trabalhadoras numa perspectiva anticapitalista. Nesta medida, a sua eficácia dependerá dos enriquecimentos e das correcções que vier a receber no decurso da luta para a qual pretende contribuir.

Para que este Programa político se torne num instrumento da luta de massas é imprescindível que ele seja apropriado pelas próprias massas e por elas transformado, concretizado e enriquecido. Fazer com que ele ultrapasse o carácter de mero programa de uma organização política, para ser um efectivo meio de acção de um poderoso movimento de massas anticapitalista, é a pesada tarefa que assumem os militantes do Movimento de Esquerda Socialista.

Este encontro, aberto a todos os professores interessados, tem a seguinte ordem de trabalhos:

1. A Escola

1. — 1. — A função da escola na sociedade capitalista, nomeadamente no momento actual da sociedade portuguesa (graus e ramos de ensino, rede escolar, programas, métodos, organização do espaço escolar, etc...)

1. — 2. — A situação política e os projectos globais para os aparelhos escolares.

1. — 3. — A escola ao serviço das classes trabalhadoras: por um programa anticapitalista da educação (abertura da escola ao meio, gestão, organização do espaço escolar, etc.).

2. Sindicalismo

2. — 1. — Análise do processo sindical desde o 25 de Abril.

2. — 2. — Definição de uma linha de acção sindical anticapitalista (propostas concretas de organização sindical, alargamento da intervenção sindical, democraticidade sindical, etc.)

As inscrições podem ser feitas pelo telefone **607127, das 15 h às 20 h** e das **22 h às 24 h todos os dias úteis, ou na Av. D. Carlos I, 146-1.º D, Lisboa**, com o mesmo horário.

Os professores interessados em receber as comunicações deverão inscrever-se até ao dia **3 de Março inclusivé.**

Para fazer face às despesas, cada professor contribuirá com **50$00.**

Núcleo de Professores do M. E. S. de Lisboa